

PT já definiu plano para Lula enfrentar Flávio, mas ajusta tom dos ataques

PAULO CAPPELLI - PÁGINA 2

IA será o grande desafio de Kassio Nunes Marques no TSE

O ministro do STF Kassio Nunes Marques tomou posse como presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Ele comandará as eleições de outubro. Terá como vice André Mendonça, também nomeado no governo de Jair Bolsonaro. O clã considera Nunes Marques um representante do centrão, mas o vê como mais receptivo do que a ex-presidente Carmen Lúcia e antecessores como Alexandre de Moraes.

TALES FARIA - PÁGINA 4 E PÁGINA 6

Segurança Jurídica foi o tema central do Brazil Investment Forum, do Lide, em Nova Iorque

Vanessa Carvalho/ LIDE



A 15ª edição do Brazil Investment Forum, promovida pelo LIDE, reuniu nesta terça-feira, em Nova York, empresários, governadores, parlamentares e executivos para discutir os caminhos do desenvolvimento brasileiro. Na foto, o ex-presidente Michel Temer durante discurso no evento nos Estados Unidos.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Ministros indicados por Jair Bolsonaro na Presidência e Vice do Tribunal Superior Eleitoral

CM



Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o desembargador Claudio de Mello Tavares prestigiou a posse no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na foto, ladeado pelo ministro Kassio Nunes Marques e sua esposa, Vanessa Ferreira, e pelo ministro André Mendonça, e sua esposa Janey Nagliatti.

MAGNAVITA - PÁGINA 3

A importância do 13 de maio

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Portinho: 'É preciso incentivar o trabalho'

BASTIDORES (MOLICA) PÁGINA 7

A força do Turismo Religioso no país

TURISMO (NERY) PÁGINA 24

DRUMMOND

Reforma do Poder Judiciário

PÁGINA 8

JOSIER VILAR

Universidade pública como farol social

PÁGINA 8

Alerj cria comissão para corte de gastos

PÁGINA 12

Cesta básica sobe em abril

PÁGINA 9

Clarissa Lapollaph/Divulgação

O flamenco à flor da pele



BASEADO NA OBRA HOMÔNIMA DE FEDERICO GARCÍA-LORCA, 'BODAS DE SANGRE' TORNOU-SE UM CLÁSSICO DA DANÇA FLAMENCA. A Companhia Antonio Gades, a mais importante companhia de flamenco do mundo, retorna ao Brasil em junho para uma temporada no Theatro Municipal e no Teatro Bradesco, em São Paulo.

Páginas 1 e 2



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

PT já definiu plano para Lula enfrentar Flávio Bolsonaro, mas ajusta tom dos ataques

O PT já definiu que o pilar da campanha à reeleição será comparar os governos de Lula e Jair Bolsonaro (PL). Contudo, nomes proeminentes da esquerda ainda avaliam qual deverá ser o tom adotado por Lula nos embates com o senador Flávio Bolsonaro, com quem o presidente

está tecnicamente empatado em diferentes pesquisas de intenção de voto.

Em conversa com a coluna, os líderes do governo no Congresso Nacional e no Senado, Randolfe Rodrigues (PT) e Jaques Wagner (PT), defendem que Lula baseie seu discurso nas comparações, fu-

gindo de um tom mais agressivo.

Por outro lado, o deputado André Janones (Rede), atuante nas redes sociais, sustenta que o presidente deve “atacar antes de ser atacado”. Nem tão para um lado e nem para outro, estão nomes como Benedita da Silva. Qua-

dro histórico do PT, ela defende que Lula busque uma campanha propositiva, mas “bata forte” quando for atacado por Flávio Bolsonaro.

Abaixo, as visões de aliados estratégicos de Lula para a campanha presidencial deste ano:



Jaques Wagner

■ Líder do governo, o senador Jaques Wagner (PT) adota um tom mais moderado ao tratar da estratégia de campanha e sinaliza resistência a uma escalada de ataques diretos contra adversários. Para ele, o foco deve estar na comparação entre gestões.

“Pessoalmente, acho que partir para uma campanha de ataques nunca é o caminho. Penso que temos que focar na comparação entre os governos de Lula e Bolsonaro. Há uma diferença grande entre essas duas gestões. Ressalto que essa é uma opinião minha, não uma antecipação daquilo que o presidente Lula fará ao longo da campanha”.



André Janones

■ Muito atuante nas redes sociais, o deputado André Janones (Rede) defende uma linha mais agressiva e afirma que a campanha precisa partir para o confronto direto contra bolsonaristas. Na avaliação dele, é necessário “antecipar o embate” e dominar a narrativa.

“Temos que atacar, descer o cacete no lombo dos bolsonaristas e mostrar quem é de verdade Flávio Bolsonaro. Precisamos atacar e pautar o debate defendendo que Lula reviva o Lula do Velho Testamento. Eles não podem pautar o debate. Precisamos atacar e não apenas esperar para contra-atacar”.



Benedita da Silva

■ Candidata ao Senado pelo PT no RJ, a deputada Benedita da Silva diz que Lula não tem como característica adotar um tom agressivo, mas sustenta que o presidente pode reagir com firmeza a ataques.

“O Lula não é de sair batendo, de sair atirando. É uma pessoa de responder no sentido coerente do debate. Lula será o Lula que sempre foi. Vai pontuar o que fez de bom. Acho difícil Flávio dizer o que fez de bom pelo Brasil. Ele não propõe, só bate. Defendo que, quando for necessário, Lula também bata, sobretudo quando for atacado com fake News”.



Randolfe Rodrigues

■ Líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT) segue linha semelhante à de Jaques Wagner e defende que a campanha foque nas comparações entre os governos Lula e Bolsonaro.

“A campanha tem que ser de comparação. Flávio é a continuação. É o Bolsonarinho. A inflação, quando eles deixaram o governo, estava em sete pontos. A diferença da taxa de desemprego é grande. Como eram as políticas de saúde? Como estavam os investimentos em segurança pública? Quais eram as agendas prioritárias do governo e quais são atualmente? Como o Brasil era visto no exterior?”.



Guilherme Boulos

■ Integrante da campanha de Lula, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos (PT), destaca que a principal estratégia adotada por governistas é reforçar a comparação entre as duas gestões, função que já tem exercido nas caravanas chamadas “Governo do Brasil na Rua”.

Pessoalmente, contudo, Boulos tem criticado duramente Flávio Bolsonaro e chegou a dizer que o adversário “não tem biografia e, sim, capivara”, numa referência ao jargão usado no meio policial para verificar se alguém tem ficha suja e antecedentes criminais.

TSE condena Marçal a multa de R\$ 30 mil por ofensa a Nunes

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu multar o empresário Pablo Marçal em R\$ 30 mil por propaganda eleitoral negativa contra o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), nas eleições de 2024. A decisão reforma entendimento do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), que havia afastado a penalidade.

O Ministério Público Eleitoral e Nunes recorreram ao TSE após o TRE-SP reconhecer a irregularidade da propaganda, mas excluir a multa sob o argumento de que a sanção só seria cabível em casos de anonimato.

A decisão considerou configurada a divulgação de con-

teúdo ofensivo e inverídico em redes sociais, com potencial de induzir o eleitorado a erro. Segundo o relator, ministro Floriano de Azevedo Marques, a aplicação da multa prevista na Lei das Eleições não se restringe a situações de anonimato.

“Quanto ao ponto, entendo que assiste razão aos recorrentes, na medida em que o entendimento do Tribunal de origem não está em consonância com a jurisprudência desta Corte”, justificou o magistrado na decisão obtida pela coluna.

No processo, o relator cita entendimento do ministro do STF Alexandre de Moraes:



Pablo Marçal fez ofensas a Ricardo Nunes nas redes sociais

“Alcançando a tutela de manifestações abusivas por meio da internet – incluindo-se a disse-

minação de fake news tendentes a vulnerar a honra de candidato adversário – que, longe de se inse-

rirem na livre manifestação de pensamento, constituem evidente transgressão à normalidade do processo eleitoral”.

Ofensa à honra

O caso envolve a publicação de vídeo nas redes sociais em que Marçal atribui a Nunes condutas criminosas e utiliza expressões como “covarde”, “canalha” e “vagabundo”.

Para o TSE, o conteúdo extrapola os limites da liberdade de expressão e configura ofensa à honra de adversário político.

Fotos Vanessa Carvalho/LIDE



'O ódio destrói, o diálogo constrói', diz João Doria ao defender pacificação política no Brasil



'O Brasil precisa de uma chacoalhada', diz ex-governador do MG Zema ao defender choque fiscal e privatizações



'Não existe lugar no mundo em que a sociedade tenha prosperado com um governo desajustado', disse o governador do RS, Eduardo Leite



Deputado Aguinaldo Ribeiro: 'Precisamos discutir que país queremos construir'



'Não legislar também é uma decisão', disse senador Contarato ao defender responsabilidade política



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Segurança Jurídica foi o tema central do Lide em Nova Iorque



Elmano de Freitas, governador do Ceará: 'O Brasil é maior do que as nossas ideologias'



'O próximo governo terá de fazer um profundo ajuste fiscal', alertou deputada Danielle Cunha



Deputada Marussa Boldrin: 'A maior pauta social é gerar emprego'



Deputado Danilo Forte: 'O mundo está ávido por soluções, e elas passam pelo Brasil'



Senador Irajá defende cassinos e abertura do agro ao capital estrangeiro



José Auriemo Neto, chairman da JHSF, exaltou trajetória da holding e reforçou legado empresarial em homenagem em Nova York



'Brasil é o país das oportunidades', disse ex-presidente Michel Temer ao defender otimismo diante de inflação e juros altos



Deputado Ricardo Barros defende protagonismo do Brasil em crédito de carbono, IA e energia limpa



'O Brasil tem instituições sólidas, segurança jurídica e está pronto para crescer', disse o deputado Araldo Jardim



O deputado Pedro Paulo cobrou reforma administrativa e ajuste fiscal para modernizar o Estado

PINGA-FOGO

■ **VERGONHA: A DUPLA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO 13 DE MAIO É IGNORADA PELOS BRASILEIROS** - Hoje, 13 de maio, uma data que deveria ser comemorada em dose dupla pelos brasileiros, mas que cada vez mais é apagada da nossa memória. Em 13 de maio de 1822, o Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara recebeu e aceitou o título de Defensor Perpétuo do Brasil. O título foi outorgado pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro e por lideranças políticas (liberais e maçons), sob a liderança de Gonçalves Ledo. Este evento foi um dos passos jurídicos e simbólicos mais importantes para a Independência do Brasil, ocorrida meses depois.

■ Na mesma data, em 13 de maio de 1888, a neta do então príncipe D Pedro, a princesa Isabel, filha de D Pedro II, assinava a Lei Áurea, abolindo a escravidão no Brasil, em um movimento no qual a maçonaria foi protagonista.

■ Uma corrente do "politicamente correto" tenta apagar o protagonismo da Princesa Isabel. Uma injustiça com uma das personalidades mais marcantes da história brasileira.

■ A maçonaria, protagonista destes dois momentos, deveria manter viva a relevância histórica de 13 de maio. Zumbi dos Palmares é mais festejado do que a princesa.

■ O local de assinatura da Lei Áurea foi o Paço Imperial na cidade do Rio de Janeiro e a caneta usada pela princesa Isabel está guardada no Museu Imperial de Petrópolis. Para os dois lugares, o 13 de maio é um dia como qualquer outro.

■ **COUTO NÃO RECEBE REMUNERAÇÃO PARA COMANDAR O GOVERNO** - É oficial: consultado pela coluna, o governo do estado informou, oficialmente, que o governador em exercício e presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargador Ricardo Couto, recebe seus subsídios somente pelo Poder Judiciário, sem qualquer remuneração adicional pelo Poder Executivo. A remuneração de governador é inferior a R\$ 20 mil reais.

■ **FOTO DE COUTO EM GABINETES NÃO FOI ORIENTADA PELO GOVERNO** - Sobre as fotos do desembargador Ricardo Couto, o governo também enviou nota oficial a coluna: "O Governo do Estado informa ainda que não há qualquer orientação para o uso de foto do governador em exercício nos gabinetes".

■ **TRE-RJ NA POSSE DO TSE EM BRASÍLIA** - Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), o desembargador Claudio de Mello Tavares prestigiou a posse dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques e André Mendonça como presidente e vice-presidente, respectivamente, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

■ **LIDE EM NYC** - A 15ª edição do Brazil Investment Forum, promovida pelo LIDE, reuniu nesta terça-feira (12), em Nova York, empresários, governadores, parlamentares e executivos para discutir os caminhos do desenvolvimento brasileiro em meio às transformações globais provocadas pela inteligência artificial, pela transição energética e pelas mudanças geopolíticas. Ao longo do evento, realizado durante a Brazilian Week, lideranças defenderam reformas estruturais, responsabilidade fiscal, segurança jurídica e maior capacidade de diálogo político para destravar o crescimento do país.

Tales Faria

Para clã Bolsonaro, Nunes Marques é o centrão no comando do TSE

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) tem reiterado a seus aliados que não vê como garantidas a favor do grupo todas as decisões que o ministro Kássio Nunes Marques vier a tomar durante o período em que exercerá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nunes Marques assumiu a presidência da Corte nesta terça-feira, 12, tendo como vice André Mendonça. Ele comandará as eleições de outubro deste ano. Terminado seu mandato à frente do órgão, será substituído por Mendonça, empossado como vice.

Ambos foram nomeados ministros do Supremo Tribunal Federal no governo de Bolsonaro. Mas, para o ex-presidente e seus filhos, somente André Mendonça pode ser considerado como verdadeiramente bolsonarista. Avaliam que o novo presidente da Corte Eleitoral representa o centrão.

Nunes Marques teve o respaldo de um acordo entre Jair Bolsonaro os partidos de centro para sua indicação ao STF. André Mendonça, este sim, foi decisão exclusiva do clã, especialmente da então primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

Com o apoio do centrão e até de nomes à época considerados de oposição, como o senador Renan Calheiros (MDB-AL), Nunes Marques não sofreu resistência significativa à sua aprovação pelo Senado. Já André Mendonça teve que esperar o tempo recorde de 141 dias (entre 13 de julho e 27 de novembro de 2021) para que Davi Alcolumbre (União-AP), então presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), marcasse a sabatina.

O agora presidente do TSE tomou decisões

favoráveis a Bolsonaro como ministro do STF. A principal delas – e que resultou em grande polêmica – foi quando, em 3 de abril de 2021, permitiu a realização de missas e cultos religiosos no país durante a pandemia de Covid-19.

Foi uma decisão monocrática em resposta ao pedido da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (Anajure), que contestava a constitucionalidade de decretos estaduais e municipais limitando cultos e celebrações religiosas para tentar conter a pandemia. Ele sofreu muitas críticas na época, até mesmo dentro do STF.

Mas o ministro também tomou decisões contrárias aos bolsonaristas. Especialmente quando se alinhou aos colegas pela condenação, com penas duras, dos envolvidos na tentativa de golpe de estado que resultou na invasão das sedes do Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Hoje, como outros ministros do STF, Nunes Marques defende diminuição das penas, embora não se saiba o quanto.

Ele também tem feito uma forte defesa da inviolabilidade das urnas eletrônicas, ao contrário dos ataques até hoje proferidos pelo clã Bolsonaro. O novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral tem dito que quer fazer da defesa das urnas o principal mote de sua gestão à frente da Corte.

Por tudo isso os bolsonaristas não têm certeza se o novo presidente do TSE tomará decisões sempre em favor do grupo nas eleições. Mas a avaliação é de que, certamente, ele será mais receptivo do que a ex-presidente Carmen Lúcia e outros ministros que comandaram o TSE nos últimos anos, como Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Rosa Weber.

Fernando Molicca

Jovens presos, adultos soltos

Ao propor a redução da maioria penal e defender a libertação dos condenados por golpismo, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) demonstra querer prender jovens e soltar os mais velhos. Levantamento divulgado em abril pelo Supremo Tribunal Federal mostra que, dos então 190 presos por atos relacionados à tentativa de golpe, 80% tinham acima de 40 anos.

Pessoas maduras, conscientes dos crimes de invadir e quebrar palácios, agredir policiais, tramar golpe de Estado, sublevar forças armadas e, no caso de alguns, planejar o assassinato de autoridades. Não são crimes de menor gravidade: tanto que, em 2021, o então presidente Jair Bolsonaro sancionou o projeto que estabelecia pena pesada, de até 12 anos, para quem tentasse dar golpe.

Bolsonaro assim concordou que buscar depor um governo legitimamente eleito é algo muito grave — só não imaginava que seria condenado e preso por isso. Para sorte do ex-presidente e de tantos outros condenados, a intentona que promoveram ocorreu na vigência do Estado Democrático de Direito. Na ditadura que costumam louvar, os que tentaram derrubar governos eram presos, torturados e mortos. Não rolava prisão domiciliar.

As mudanças sancionadas pelo ex-presidente acabaram sendo amenizadas pelo Congresso, com o apoio de Flávio Bolsonaro; se dependesse dele, todos os condenados já teriam sido anistiados. O mesmo senador que busca aliviar ainda mais a vida de criminosos veteranos pretende apressar a tramitação da PEC de sua autoria, apresentada em 2019, que reduz a maioria penal para 16 anos e, em

alguns casos, para 14 anos.

Seriam processados como adultos os maiores de 14 anos acusados de, por exemplo, tráfico ilícito de entorpecentes. Um estudo do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) mostrou que, entre os presos em flagrante por tráfico no Rio, 92,5% não portavam arma de fogo e 66% estavam com até 50 gramas de droga. Caso fossem brancos e de classe média muito provavelmente seriam classificados como usuários e escapariam da prisão.

Não por acaso, o senador fluminense tenta apressar a tramitação de sua proposta quando está em pré-campanha pelo Planalto. Tem noção do tamanho do problema da segurança pública e, principalmente, sabe que, desesperada, parte da sociedade tende a apoiar soluções aparentemente simples que, em tese, ajudariam a diminuir crimes que mais nos incomodam no dia a dia.

Mas ele sabe também que o resultado da diminuição da idade penal não adiantaria nada. Há jovens responsáveis por crimes graves como homicídios, mas, de um modo geral, são acusados de tráfico, roubos e furtos: não mandam em organizações criminosas, não fraudam aplicação de emendas parlamentares, não dão golpe de Estado, não confiscam dinheiro de funcionários de seus inexistentes gabinetes, não apresentam projetos redigidos por bancos, não recebem mensalidade de R\$ 500 mil.

Ah, entre outros signatários da PEC de Flávio Bolsonaro estão os senadores Ciro Nogueira, Chico Rodrigues (flagrado com dinheiro na cueca) e Marcos do Val (que já desfilou de tonozeleira eletrônica). Todos bem grandinhos.

EDITORIAL

Combate análogo à escravidão é corriqueiro

Apesar dos avanços institucionais e da consolidação de leis trabalhistas mais rígidas, o Brasil ainda convive, no século XXI, com situações degradantes que remetem ao período mais sombrio de sua história: o trabalho análogo à escravidão. A permanência desse problema revela uma contradição profunda entre os princípios constitucionais de dignidade humana e a realidade enfrentada por milhares de trabalhadores invisibilizados, sobretudo em regiões marcadas pela pobreza, pela ausência do Estado e pela exploração econômica desenfreada.

O combate ao trabalho escravo contemporâneo esbarra, antes de tudo, na desigualdade social. Em um país onde milhões de pessoas sobrevivem em condições precárias, promessas de emprego e moradia tornam-se instrumentos fáceis de aliciamento. Trabalhadores são atraídos para fazendas, garimpos, carvoarias, oficinas clandestinas e até residências urbanas, onde acabam submetidos a jornadas exaustivas, restrição de liberdade, servidão por dívida e condições desumanas de sobrevivência. A vulnerabilidade econômica continua sendo o principal combustível dessa prática criminosa.

Outro grande desafio está na fiscalização. Embora o Brasil seja reconhecido internacionalmente por mecanismos importantes, como os grupos móveis de inspeção e a chamada “lista suja” de empregadores, a estrutura de combate ainda é insuficiente diante da dimensão territorial do país. A redução de investimentos

públicos, o número limitado de auditores fiscais e as pressões políticas de setores econômicos influentes dificultam ações permanentes e efetivas. Em muitos casos, o lucro obtido pela exploração ilegal ainda supera o medo da punição.

Além disso, existe um obstáculo cultural que não pode ser ignorado. Parte da sociedade naturaliza relações abusivas de trabalho, especialmente quando envolvem pessoas pobres, migrantes ou trabalhadores informais. Em áreas rurais e periferias urbanas, práticas degradantes são frequentemente vistas como “normais” ou inevitáveis. Essa tolerância silenciosa enfraquece a indignação coletiva e contribui para a continuidade do problema.

É necessário compreender que combater o trabalho escravo não depende apenas de resgates e punições. Exige políticas públicas amplas de educação, geração de emprego, qualificação profissional e inclusão social. Também requer transparência nas cadeias produtivas e responsabilidade das empresas que se beneficiam, direta ou indiretamente, da exploração da mão de obra.

Eradicar o trabalho análogo à escravidão é mais do que cumprir a lei: é reafirmar valores civilizatórios básicos. Um país que pretende crescer de forma justa não pode aceitar que trabalhadores ainda sejam tratados como mercadoria descartável. O enfrentamento desse crime deve ser prioridade permanente do Estado e compromisso ético de toda a sociedade.

Opinião do leitor

Incentivo à ciência

Os avanços da medicina, graças às novas tecnologias, têm permitido salvar pacientes e até mesmo aumentar expectativa de vida. Por isso, deve-se investir nos cientistas.

*José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal*

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral) | Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br | redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima
Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Thiago Ladeira e Anderson Sá

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo:
Campinas:

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Lula Marques/ Agência Brasil



Salles não pretende recuar dos ataques a Valdemar

Salles: “Valdemar usa PL para engravidar Centrão”

O deputado Ricardo Salles (Novo-SP) não está nem um pouco disposto a recuar do que disse a respeito do presidente do PL, Valdemar Costa Neto. Muito pelo contrário, a julgar pelo que ele declarou com exclusividade ao Correio Político. “Valdemar usa o PL para engravidar o Centrão”, acusou Ricardo Salles. “Essas coisas precisam acabar”, ataca. Na avaliação do deputado, que se elegeu para o PL e depois migrou para o Novo, não haveria sinceridade no posicionamento de direita de Valdemar e de outros políticos da ala mais ligada a ele no partido. “Em 2022, foi claramente a direita quem elegeu os principais deputados, e essa turma entrou no vácuo. É o que eu chamo de fazer filho na barriga dos outros”, disse.

Nem um pouco preocupado

Valdemar declarou que irá processar Ricardo Salles. “É um direito dele, mas não estou nem um pouco preocupado”, respondeu Salles. “Basta eu mostrar as diversas reportagens da época”. O que afirmou Ricardo Salles que irritou Valdemar? Que o PL desviou dinheiro público nos tempos em que teve o comando do Ministério dos Transportes nos outros governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Para Ricardo Salles, Valdemar é “Centrão”

Fez parte da “faxina” de Dilma

E, de fato, houve denúncias à época contra o ex-ministros Anderson Adauto e Alfredo Nascimento. Em 2011, Dilma chegou a demitir Alfredo Nascimento do ministério dentro daquelas ações que à época foram chamadas de “faxina”. Foi um dos primeiros a cair nesse processo. Mais tarde, Nascimento afirmou ter sido inocentado das acusações. Mas há quem atribua a esse processo de “limpeza ética” feito por Dilma o movimento mais tarde do Centrão para aprovar o seu processo de impeachment, quando presidia a Câmara o deputado Eduardo Cunha.

“Centrão é o que sempre faz negócio”

Salles fulmina o Centrão. “É o cara que sempre faz negócio”. Para o deputado, o nome que o PL defende para o Senado em São Paulo, o deputado estadual André do Prado (PL), seria “o estereótipo do Centrão”. Na visão de Salles, um nome ligado a Valdemar sem esse perfil exatamente de direita e com o perfil negociista que definiria o Centrão.

POR RUDOLFO LAGO

Eduardo

Então, Salles afirma se decepcionar com a defesa que Eduardo Bolsonaro faz da candidatura de André do Prado, de quem quer ser o suplente de senador. “Para minha surpresa, ele defende”, afirmou Salles. “Um tipo de incoerência que a gente assiste e que só nos prejudica”, completou.

Captura

Ricardo Salles, então, torce pela briga? “Claro que não é bom esse tipo de briga”, admite ele. “Mas em algum tempo, nós temos que discutir essa captura do PL pelo Centrão”. Para Salles, é isso o que representaria o comando de Valdemar. Alguém que viu o crescimento conservador do país e pegou carona.

Votos

Segundo o deputado, haveria deputados do PL dessa turma a que ele classifica de “Centrão”, que votam com o governo Lula em mais de 60% dos casos. “Então, o que adianta fazer alianças para eleger parlamentares que agem dessa maneira?”, questiona Salles. “Que tipo de oposição é essa?”, questiona.

Flávio

Para Ricardo Salles, é natural que o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), na sua construção de candidatura à Presidência da República, procure ampliar ao máximo suas alianças, buscando os votos dos partidos do Centrão. Mas, na sua visão, essa não deveria ser a estratégia para a formação das chapas para o Parlamento, que deveriam ter mais solidez.

Direita

Salles avalia que o eleitor compreende que um presidente, o governo federal, precisa ampliar suas alianças para ter governabilidade. Mas não tem como compreender que alguém que ele eleja com a expectativa de um comportamento de direita no Congresso aja de outra maneira.

Briga

Ricardo Salles deseja ser ele o candidato da direita na chapa pela reeleição de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo para o Senado. E o PL e Eduardo Bolsonaro querem André do Prado. Há, portanto, uma disputa política. Que Salles, porém, pontua ao Correio Político que é também ideológica.



Lula informou que recriará Ministério da Segurança

Programa contra o crime não resolve

Para especialistas, ações ajudam, mas problema é mais profundo

Por Gabriela Gallo

O novo programa “Brasil contra o Crime Organizado”, lançado pelo governo federal para desarticular as estruturas de facções no país, ajuda no combate a organizações criminosas, mas não resolve o problema. A análise é do professor de direito penal do Ibmecc Tédney Moreira. Em entrevista ao Correio da Manhã, o advogado destacou que o crime organizado “se tornou um fenômeno estrutural no país”.

“Em muitas regiões, as facções ocupam espaços deixados pelo próprio Estado: controlam territórios, oferecem proteção, impõem regras econômicas, interferem no transporte, no comércio informal e até na resolução de conflitos locais. O combate puramente repressivo tende a reduzir momentaneamente a capacidade operacional dessas organizações, mas não necessariamente elimina as condições que permitem sua expansão”, explicou Tédney.

A reportagem ainda conversou com o advogado criminalista Anderson Pinheiro da Costa. Ele avaliou que o programa “pode produzir resultados pontuais relevantes”, como “aumento de apreensão patrimonial, bloqueio de contas, integração de inteligência, endurecimento prisional, maior rastreabilidade financeira e ampliação de operações interestaduais”. Todavia, ele reiterou que, apesar de parcialmente efi-

ciente, a medida não resolverá completamente o problema.

“O crime organizado no Brasil deixou de ser apenas ‘criminalidade armada’. Hoje ele funciona como estrutura econômica, poder paralelo territorial, sistema informal de crédito, rede logística, influência política, domínio social em comunidades vulneráveis. Ou seja: facções já exercem funções típicas de Estado em muitas regiões”, reiterou Costa ao Correio da Manhã.

O programa, lançado nesta terça-feira (12) no Palácio do Planalto, mira nas estruturas econômicas, organizacionais e territoriais que movimentam o crime organizado. Serão investidos R\$ 11 bilhões no programa, em uma estruturada dividida em quatro eixos de ações: Asfixia financeira do crime organizado; Promoção do padrão de segurança máxima no sistema prisional; Ampliação das taxas de esclarecimento de homicídios; e Enfrentamento ao tráfico de armas, munições e explosivos.

Além do programa contra o crime organizado, o presidente Lula disse que separará o Ministério da Justiça e Segurança Pública em dois ministérios diferentes após o Senado Federal aprovar a aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18/25, conhecida como PEC da Segurança Pública. A medida já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Uso de IA será principal desafio de Nunes Marques no TSE

Ministro tomou posse como presidente do tribunal e defendeu urnas eletrônicas

Reprodução/vídeo

Por Gabriela Gallo

O principal desafio do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kássio Nunes Marques, será o “uso e abuso” da inteligência artificial (IA) na internet, especialmente os chamados “deepfakes”, termo adotado para conteúdos digitais (vídeos, áudios ou imagens) realistas, criados com o uso de inteligência artificial (IA) para manipular ou falsificar a aparência e a voz de pessoas. A análise é do vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig) e Sócio da Fatto Inteligência Política Rafael Favetti.

“O TSE já definiu, com o voto do ministro Kassio, que 24 horas depois do pleito e 72 horas antes [das eleições] será proibido usar IA, mas todo o tempo restante está permitido. Então, sem nenhuma dúvida, é o principal desafio, não só da justiça eleitoral brasileira, mas de todas as eleições do mundo”, ponderou Favetti em entrevista ao Correio da Manhã.

Na mesma linha, a cientista política na BMJ Consultores Associados Letícia Mendes completou ao Correio que o principal desafio de Marques será ponderar e equilibrar o uso de IA para divulgar fake news e o limite da liberdade de expressão.

“Esse será o ponto mais sensível nesse pleito. Principalmente direcionar as decisões, quais serão os mecanismos a serem enfrenta-



Nunes Marques e André Mendonça conduzirão eleições deste ano

dos. Será o principal desafio de que ele estará ali [na presidência do TSE] não para proteger um ou outro candidato, mas sim trazer a segurança e a equidade no processo eleitoral, igualdade e a partir disso dar confiança ao sistema político e, consequentemente, às eleições”, ela reiterou.

Kássio Nunes Marques foi indicado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que questionou e criticou diversas vezes a credibilidade das urnas eletrônicas no sistema eleitoral, assim como grande parte de seus eleitores e aliados. Contudo, apesar de ter sido um magistrado indicado

por Bolsonaro, ambos os analistas avaliam que isso não influenciará a atuação do novo presidente do TSE na defesa das urnas e do processo eleitoral.

“Nunes Marques deve atuar para dar confiança e credibilidade ao sistema eleitoral. Dentre isso, reforçar a urna eletrônica vai ser um dos pilares. Mas não é o pilar principal, vão ter outros pontos, como garantir a segurança para as pessoas que vão votar e garantir a liberdade de locomoção. A questão das urnas eletrônicas vai ser um ponto importante, mas não vai ser o ponto principal, será um arremate de tudo para que ele dê mais força ao sistema eleitoral

e, consequentemente, a cadeira que ele está assumindo em defesa do Tribunal que ele vai presidir”, destacou Letícia.

O vice-presidente da Abrig ainda reiterou que “todas as provas das urnas eletrônicas para este ano já foram feitas no ano passado”, sendo a abertura do código-fonte das urnas eletrônicas em outubro do ano passado e o Teste Público de Segurança (TPS) da Urna Eletrônica 2025, em dezembro. “Tudo isso já foi feito, então não haverá nada de diferente este ano, independentemente de quem seja o presidente do grupo do TSE”, disse Rafael.

Nesse sentido, em seu discurso

de posse na noite desta terça-feira (12), Nunes Marques já fez uma enfática defesa do sistema eleitoral brasileiro e da urna eletrônica. “O sistema eletrônico de votação brasileiro constitui patrimônio institucional da nossa democracia”, declarou o novo presidente do TSE.

Nunes Marques substituiu no tribunal a ministra Cármen Lúcia. O vice-presidente do Tribunal é o ministro André Mendonça, também indicado por Jair Bolsonaro. A cerimônia reuniu tanto o governo federal quanto a oposição, incluindo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e seu principal adversário, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

PGR pede condenação de Eduardo

Lula Marques/ Agência Brasil

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelo crime de coação no curso do processo.

O pedido faz parte das alegações finais enviadas ao Supremo pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

Em novembro do ano passado, o STF aceitou denúncia da PGR no inquérito que apurou a atuação do ex-parlamentar junto ao governo dos Estados Unidos para promover o tarifaço contra as exportações brasileiras, a suspensão de vistos de ministros do governo federal e de ministros da Corte.

Nas alegações, Gonet disse que Eduardo apresentou condutas criminosas ao realizar postagens nas redes sociais e conceder entrevistas à imprensa com o objetivo



Para PGR, ações de Eduardo tiveram o propósito de coagir

de ameaçar a obtenção de sanções estrangeiras contra ministros da Corte e o país para “livrar” Jair Bolsonaro da condenação no processo da trama golpista.

Graves ameaças

“Comprovou-se que o réu deliberadamente se utilizou de graves ameaças contra as autoridades responsáveis pelo julgamento da

AP 2.668, algumas concretizadas, a fim de favorecer o interesse de seu pai, livrando-o de qualquer responsabilização criminal”, afirmou o procurador.

A acusação da PGR também ressaltou que as ameaças do ex-deputado foram concretizadas e trouxeram prejuízos para o Brasil.

“A estratégia criminosa culminou em prejuízos concretos a diversos setores produtivos onerados pelas sobretarifas norte-americanas, alcançando, em última instância, trabalhadores vinculados a essas cadeias econômicas, completamente alheios aos processos penais atacados”, completou Gonet.

Desde o ano passado, Eduardo está nos Estados Unidos. Ele perdeu o mandato de parlamentar por faltar às sessões da Câmara dos Deputados.

Durante a tramitação do pro-

cesso, Eduardo Bolsonaro não constituiu advogado e foi defendido pela Defensoria Pública da União (DPU).

O ministro Alexandre de Moraes abriu prazo de 15 dias para que a defesa se manifeste.

Em fevereiro, quando formalizou o processo contra Eduardo Bolsonaro, Moraes disse: “A grave ameaça materializou-se pela articulação e obtenção de sanções do governo dos Estados Unidos da América, com a aplicação de tarifas (...), a suspensão de vistos e a aplicação de efeitos da Lei Magnitsky a este ministro relator”, referindo-se a lei dos EUA que permite sanções a quem, na visão do país, cometa violações de direitos humanos.

Com informações da Agência Brasil

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Portinho quer discutir mais fim da seis por um

Líder do PL: é preciso incentivar o trabalho, não diminuir

Líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), disse à coluna, ao comentar o fim da escala seis por um, ser preciso “incentivar o trabalho, não reduzir, reduzir a produção”. Para ele, a mudança na jornada tem que ser mais bem debatida, não pode ser “eleitoreira nem populista”.

Afirmou ser favorável à liberdade de negociação e à discussão do tempo de trabalho a partir da realidade de cada setor. “Tem setores em que isso é possível; outros já fazem. Há setores que fazem home office”, citou.

Ressaltou que “o trabalhador mesmo, o cara do Uber, do táxi, do aplicativo, não está nem aí pro seis por um”. De acordo com o senador, essas pessoas trabalham 12 horas por dia, todos os dias, para fechar as contas.

Contrapartidas

Portinho classificou a discussão de “muito rasa” e ressaltou a necessidade de haver mensuração dos impactos que a eventual redução da jornada terá nos diferentes setores, o que cada um pode suportar.

Isso, para que se possa verificar a importância de criação de contrapartidas para empresas, como a desoneração da folha de pagamentos — uma diminuição na cobrança de impostos.

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Deputado Léo Prates (Republicanos-BA) relator da PEC

Menos empregos

Na avaliação do líder do PL, do jeito que está sendo proposta, a redução da escala de trabalho seria prejudicial ao próprio trabalhador, já que haveria uma redução dos empregos.

“O supermercado não vai abrir aos domingos, não vai contratar um terceiro turno. Comércio e restaurantes vão fechar um dia na semana”, enumerou.

Portinho citou também a possibilidade de piora no tempo de deslocamento para os locais de trabalho. “Os mais pobres é que vão pagar a conta”, disse.

Desenrola os bancos

O senador também criticou a nova versão do programa Desenrola, criada pelo governo com o objetivo de diminuir e equacionar dívidas acumuladas pela população. Para ele, a iniciativa será boa para os bancos, que, assim, terão como receber pagamento por créditos pendentes. Ele condenou a possibilidade de uso de parte do FGTS no pagamento de dívidas: “É a única poupança que restava”.

Bolsonaro liberou

Entre 2019 e meados de 2022, o então presidente Jair Bolsonaro, apoiado por Portinho, liberou, pelo menos, saques do FGTS que chegaram a, pelo menos, R\$ 123 bilhões, cerca de 20% do patrimônio do Fundo. Mas, para o senador, as condições eram diferentes, estavam relacionadas à pandemia da Covid 19.

No Niltão

Um dos alvos de operação de busca e apreensão “pessoal, veicular e domiciliar” determinada pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, o deputado Marcelo Queiroz (PSDB-RJ) é muito conhecido pela torcida do seu time, o Botafogo. Ele costuma panfletar nas proximidades do estádio Nilton Santos.

Dornelles

No penúltimo sábado, o deputado levou para ajudá-lo na tarefa o ex-jogador André Silva, uma das estrelas do time alvinegro que conquistou o Campeonato Brasileiro de 1995. Queiroz entrou para a política abençoado pelo ex-ministro e ex-governador Francisco Dornelles, que morreu em 2023.

PET

Queiroz é suspeito de participação em esquema de fraudes em licitações quando era secretário estadual de Agricultura do Rio de Janeiro, nas gestões de Wilson Witzel e Cláudio Castro. Ocupou também secretarias na Prefeitura do Rio. Ele se apresenta como defensor dos animais — a decisão de Dino foi tomada na PET 15.234.

CPMI travada

Por falar no STF: como o Correio Bastidores antecipou, o deputado Carlos Jordy (PL-RJ), esteve como o ministro André Mendonça para reivindicar uma decisão favorável na ação em que cobra a instalação da CPMI do Banco Master — o requerimento foi protocolado no dia 3 de fevereiro.

‘Sensibilizado’

Pelo regimento, a instalação deveria ter ocorrido na sessão seguinte do Congresso. O tema, porém, foi ignorado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Segundo Jordy, Mendonça, relator da ação, mostrou-se “solícito e sensibilizado”, e falou que iria avaliar: “Estamos aguardando”, diz o deputado.



Correio da Manhã participou do programa ‘Bom dia, Ministro’

Boulos fala em limite digital no trabalho e critica as bets

Ao Correio, ministro defende debate sobre direito à desconexão

Por Rafael Lima

O ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou ao Correio da Manhã que o Brasil precisará discutir, nos próximos anos, o chamado “direito à desconexão” no trabalho, diante do avanço do home office e da dificuldade dos trabalhadores em se desligarem das atividades profissionais fora do expediente. A declaração foi dada durante participação no programa Bom Dia Ministro, do CanalGov.

Ao comentar o debate sobre redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1, Boulos afirmou que o uso constante do celular transformou a relação das pessoas com o trabalho.

Segundo ele, após a pandemia, o trabalho remoto “explodiu” e passou a gerar novos desafios para a legislação trabalhista. O ministro disse que o debate sobre redução da jornada precisa considerar o impacto das plataformas digitais e das mensagens fora do horário de expediente. “O celular está tomando conta do nosso tempo”, afirmou, ao defender limites mais claros para o trabalho remoto.

‘Epidemia das bets’

Durante a entrevista, Boulos também fez duras críticas às plataformas de apostas esportivas e jogos online. Segundo ele, as bets se transformaram em uma “epidemia” e estariam afetando diretamente o orçamento das famílias brasileiras.

O ministro afirmou que a

regulamentação aprovada pelo Congresso não resolveu o problema e declarou que, na avaliação dele, o país deveria discutir até mesmo a proibição das plataformas.

Boulos criticou ainda a carga tributária aplicada ao setor e disse que as empresas de apostas pagam proporcionalmente menos impostos que trabalhadores assalariados. Ele também relacionou parte das plataformas a investigações sobre lavagem de dinheiro e afirmou que as bets financiam perfis em redes sociais para atacar o governo federal.

Aplicativos

Boulos falou ainda sobre a regulamentação dos aplicativos de transporte e delivery. Segundo ele, uma portaria da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) já determina que plataformas informem de forma transparente quanto do valor da corrida ou da entrega fica com o trabalhador e quanto é retido pelas empresas.

De acordo com o ministro, algumas plataformas ainda descumprem a determinação e deverão ser alvo de procedimentos punitivos nos próximos dias, incluindo aplicação de multas.

O ministro também criticou bloqueios automáticos de motoristas e entregadores sem explicações claras e afirmou que o governo quer ampliar a transparência dos algoritmos utilizados pelas plataformas. Segundo ele, a orientação do presidente Lula é avançar em medidas de proteção aos trabalhadores.

Aristóteles Drummond

Reforma do Judiciário

O momento está propício a uma ampla e modernizadora reforma do Judiciário visando melhorar prazos, reduzir recursos, controlar qualidade dos magistrados. Mais do que código de ética, se impõe avaliação da produtividade, assiduidade e orientação desde a Primeira Instância.

A Justiça do Trabalho, por exemplo, deve se ater a relações ligadas ao cumprimento da CLT, cuidando dos casos de revelia com responsabilidade. No Estado do Rio, por exemplo, são frequentes as intimações em casas de veranistas, moradores não habituais e recebidas em portaria de condomínios. A insistência destes juízes titulares ou substitutos em

ignorar provas da não residência, não domicílio fiscal, tem provocado desemprego na mão de obra local. Cresce as famílias que entregam jardins a empresas e levam servidores domésticos do Rio e Niterói. Litoral e região serrana sofrem as consequências deste comportamento, que deveria merecer avaliação da Corregedoria do Tribunal do Trabalho. A especializada acaba inibindo a geração de emprego formal.

Muitas medidas são aspirações da sociedade, que deveria merecer a atenção do Legislativo. No caso dos tribunais superiores, existe projeto do deputado Aécio Neves pelo mandato de dez anos dos magistrados. Outra proposta

interessante é a de idade mínima de 60 anos para tribunais superiores.

O mundo jurídico brasileiro até bem pouco tinha nos tribunais uma nata de juristas, ilibados, realmente dotados de notável saber jurídico. Raros os que lograram acumular fortuna que não os do quinto que chegam com poupança feita fora da carreira. E não tinha critério por sexo, raça ou crença religiosa. Prevalecia qualidades éticas, morais e acadêmicas. Mesmo os oriundos da classe política estavam acima de qualquer suspeição. Foram notáveis magistrados Aduino Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Oscar Corrêa e Paulo Brossard, entre outros.

E, claro, sem parentes atuando em causas tramitando no STF, com “consultorias” milionárias.

O corporativismo vem protegendo equivocados magistrados, para dizer o mínimo, pois os casos conhecidos geralmente são recorrentes ao longo dos anos. Além de desvios de conduto, que dão margem a suspeições, tem a questão ideológica, que pode induzir a aberrações na Primeira Instância, como tem sido comum na Justiça do Trabalho.

A segurança jurídica tem importância no processo de desenvolvimento econômico. E temos de reconhecer que a legislação está defasada e a credibilidade, abalada.

Antonio Gonçalves*

O menino misógeno

Final de um jogo de futebol, um dia corriqueiro, o time da casa ganha, seu melhor jogador tem destaque, porém, está suspenso do próximo jogo por acúmulo de cartões. Na entrevista, ao sair de campo, justifica a advertência: “Sávio é assim, acordou de chico e veio assim” e, por isso, a atuação do profissional havia sido ruim e injusta.

O eterno menino, como é chamado até hoje pela imprensa, no alto de seus 34 anos, usa expressão a uma referência de que as mulheres, em seus dias de menstruação, não estão em seu pleno discernimento. Além de ser um comentário misógeno, por considerar as mulheres inferiores por menstruarem, também denota o machismo, afinal, “chico” deriva de “chiqueiro” e associa a menstruação a algo impuro e sujo.

O comentário não passou despercebido pela imprensa nacional e internacional, que o criticaram duramente. Após o episódio, reage com silêncio, em completa incompreensão do ato. Tem sido assim ao longo dos anos, condescendência: quando acerta, é um dos melhores do mundo e, quando erra, ainda é o menino.

Afinal, o que dissera de errado? Muitos pensam ser exagero, outros consideram bobagem. E no cotidiano? Qual o reflexo? Por ser uma figura pública e carismática, com mais de 29 milhões de seguidores nas redes sociais, é um influenciador de comportamentos.

O Brasil convive diariamente com a violência contra a mulher, e cinco morrem todos os dias, mesmo uma delas com medida protetiva, 10 estupros coletivos diários, um estu-

pro a cada 6 minutos e 17 mulheres sofrem violência por dia. Quem não conhece as leis brasileiras pode pensar que não há eficácia ou preocupação, ledô engano!

A Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas, uma das três melhores do mundo em proteção às mulheres. Ademais, não foram poucas as ações do Congresso para endurecer as leis e proteger as mulheres. No entanto, a violência segue crescente. A medida mais recente, que tramita na Câmara dos Deputados, envolve a criminalização da misoginia.

Desafiador, em um país com raízes machistas e patriarcais, como será? A misoginia se refere ao desprezo, ridicularização e deboche nas questões que envolvem o feminino. Como será sua criminalização? Qual será seu

efeito no Judiciário? Será a solução? Pode ser que sim, porém, é preciso o envolvimento masculino para mitigar a misoginia. Quando se é censurado por seus pares, a vergonha aparece. E a repetição a cada novo ato, por fim, o repele.

No caso do menino misógeno, foram poucas as críticas masculinas, no máximo, se ativeram à necessidade de ter controle emocional para se dirigir ao árbitro. E às mulheres? Silêncio.

Enquanto homens e mulheres não lutarem conjuntamente pelo fim da misoginia, as violências seguirão sendo perpetradas dia após dia e elas continuarão expostas. Independentemente das leis existentes.

*Advogado criminalista

Josier Vilar*

A universidade pública como farol da sociedade

Muito se tem falado sobre a importância da garantia do pluralismo de opiniões nas universidades brasileiras, como um ponto central para o fortalecimento da democracia, da produção do conhecimento e da própria credibilidade das instituições acadêmicas perante a sociedade.

O documento elaborado por um amplo grupo de professores de universidades públicas, e recentemente publicado denominado “Restrições à Liberdade Acadêmica”, surge em um momento particularmente sensível da vida nacional, marcado pelo crescimento da intolerância ao contraditório, pela polarização ideológica excessiva e pela tentativa recorrente de transformar ambientes acadêmicos — que deveriam ser espaços de reflexão crítica e liberdade intelectual — em territórios de alinhamento obrigatório a determinadas correntes de pensamento.

A universidade existe justamente para questionar certezas, confrontar ideias, estimular a diversidade intelectual e permitir que diferentes visões convivam de forma civilizada e produtiva. Sem pluralismo, não existe ciência

forte. Sem liberdade acadêmica, não existe pensamento crítico. E sem neutralidade institucional, perde-se a confiança social necessária para que a universidade cumpra plenamente sua missão.

Os dados da pesquisa da More in Common são preocupantes: 59% dos brasileiros afirmam não confiar nas universidades públicas. Trata-se de um sinal de alerta que não pode ser ignorado. A universidade brasileira precisa urgentemente reconstruir pontes com a sociedade, recuperar sua capacidade de dialogar com diferentes setores sociais e reafirmar seu compromisso com os valores universais do conhecimento — e não com militâncias circunstanciais.

O manifesto destaca corretamente três pilares fundamentais para essa reconstrução institucional: neutralidade institucional, liberdade acadêmica e pluralismo. São princípios indispensáveis para que a universidade volte a ser percebida como um espaço de todos, e não apenas de grupos ideologicamente homogêneos.

Mas acredito que um quarto elemento

precisa ser incorporado de forma definitiva a esse debate: a modernização da gestão universitária, com foco em resultados, transparência e impacto social.

As universidades públicas brasileiras precisam avançar na construção de ambientes modernos de gestão, capazes de monitorar, em tempo real, seus resultados em Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, utilizando ferramentas de Inteligência Artificial, ciência de dados e sistemas de IoT. A sociedade precisa perceber, de forma objetiva, qual é o impacto concreto produzido pelas universidades na vida das pessoas, na geração de conhecimento, no desenvolvimento econômico, na inovação tecnológica e na melhoria das políticas públicas.

A universidade do século XXI não pode continuar limitada a modelos burocráticos concebidos no século XX, incompatíveis com a velocidade e a complexidade do mundo digital contemporâneo. As transformações tecnológicas, econômicas, culturais e geopolíticas exigem instituições mais abertas, mais transparentes, mais inovadoras e mais conectadas com a sociedade.

Cabe às universidades reassumirem protagonismo no debate nacional sobre o futuro do trabalho, da inteligência artificial, da bioeconomia, da transição energética, da indústria do conhecimento, das mudanças climáticas e da formação das novas competências humanas que serão exigidas nas próximas décadas.

Nesse contexto, surge uma pergunta inevitável: como os pré-candidatos à Presidência da República têm se posicionado sobre esses temas? Qual a visão que possuem sobre pluralismo acadêmico, liberdade de pensamento, neutralidade institucional, modernização da gestão universitária, inteligência artificial aplicada à administração acadêmica e aproximação efetiva da universidade com a sociedade e com o setor produtivo?

Essas já não são discussões periféricas. São temas centrais para o futuro da universidade pública brasileira — e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico, social, empresarial e para o futuro do próprio país.

*Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ilustração/Imagem gerada por IA



Tributo de 20% era aplicado sobre compras internacionais

Lula assina MP que põe fim à Taxa das Blusinhas

O presidente Lula anunciou na terça-feira(12) o fim da chamada "Taxa das Blusinhas", tributo federal de 20% aplicado sobre compras internacionais de até US\$ 50 (R\$ 250) em plataformas estrangeiras de comércio eletrônico. A medida será formalizada por meio de medida provisória e passará a valer já nesta quarta(13), após publicação no Diário Oficial da União. A cobrança havia sido criada em 2024 dentro das regras de tributação de importações de baixo valor, com incidência do imposto federal sobre remessas internacionais de pequeno valor. O governo informou que a revogação atinge apenas a parcela federal da cobrança, sem alterar as demais regras do sistema de importação. A medida depende de aprovação do Congresso Nacional.

Mudanças na entrada de pacotes

A mudança impacta o fluxo de encomendas internacionais e o modelo de tributação aplicado na entrada de pequenos pacotes no país. Operações de fiscalização aduaneira e registro de remessas seguem realizadas por sistemas integrados de controle. Plataformas de comércio eletrônico e operadores logísticos ajustam processos de declaração e rastreamento. Ajustes operacionais seguem em andamento nos sistemas.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Produtos farmacêuticos subiram 1,77% em abril

Inflação atinge 4,39% em 12 meses

A inflação oficial do país desacelerou para 0,67% em abril, após marcar 0,88% em março, informou o IBGE. Apesar da redução no ritmo, os preços dos alimentos e dos medicamentos seguiram pressionando o bolso dos brasileiros. No acumulado do ano, o IPCA soma alta de 2,60%, enquanto, em 12 meses, chegou a 4,39%. O grupo Alimentação e Bebidas teve alta de 1,34%, puxado principalmente pela cenoura, leite longa vida, cebola, tomate e carnes. Já os produtos farmacêuticos subiram 1,77% após o reajuste autorizado nos medicamentos. A gasolina também subiu 1,86 no mês.

Produtos farmacêuticos subiram 1,77%

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) autorizou o reajuste anual dos remédios em 2026, com teto de até 3,81%, conforme o nível de concorrência do produto. Os novos preços valem desde 31/março. Segundo a Anvisa, o aumento não é automático e funciona como limite máximo para farmacêuticas e farmácias. O reajuste médio ficou em 2,47%, o menor registrado em quase 20 anos.

FGTS para armas I

A Comissão de Segurança Pública da Câmara aprovou um projeto que autoriza trabalhadores a usarem recursos do FGTS para comprar armas de fogo e munições. A proposta, do deputado Marcos Pollon (PL-MS) prevê saque anual no mês de aniversário do trabalhador, mediante comprovação legal para aquisição da arma.

FGTS para armas II

O projeto agora segue para análise da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça. Depois, pode ser votado em plenário e encaminhado ao Senado, onde continuará a tramitação no processo legislativo. O texto ainda dependerá de sanção após aprovação final nas duas Casas do Congresso.

Dinheiro na conta I

A Minerva, uma das maiores exportadoras de carne bovina da América do Sul, paga nesta quarta-feira(13) dividendos de R\$ 0,03 por ação. Terão direito os acionistas com posição em 28 de abril de 2026, conforme a data de corte definida pela companhia para a distribuição dos proventos.

Dinheiro na conta II

A Grendene, fabricante de calçados das marcas Melissa, Rider e Ipanema, também paga nesta quarta(13) Juros Sobre Capital Próprio (JCP) de R\$ 0,09 por ação. Terão direito os acionistas com posição em 23 de abril de 2026, conforme a data de corte definida pela companhia, que registrou lucro líquido de R\$ 102,1 milhões no primeiro tri de 2026.

Dinheiro na conta III

A Bicycletas Monark, uma das empresas mais tradicionais do setor de bicicletas no Brasil, que opera em Indaiatuba/SP, aprovou o pagamento de dividendos de R\$ 10,05 por ação. Terão direito os acionistas que estavam posicionados na data-com de 30 de abril de 2026. O pagamento será realizado em 29 de junho.

Chaves pix vazadas

O Banco Central informou na terça-feira(12) o vazamento de dados cadastrais ligados a chaves Pix sob responsabilidade da Credifit Sociedade de Crédito Direto S.A. Segundo o BC, não foram expostos senhas, saldos ou informações bancárias sigilosas. Clientes afetados serão avisados pelo app ou internet banking.



São Paulo tem a cesta básica mais cara do país (R\$ 906,14)

Cesta básica sobe em todas as capitais no mês de abril

Leite, feijão, tomate e carne foram os responsáveis pelo aumento

Da Redação

Pelo segundo mês consecutivo, o custo da cesta básica subiu em todas as capitais brasileiras e também no Distrito Federal. Em abril, as maiores elevações foram registradas em Porto Velho (5,60%), Fortaleza (5,46%), Cuiabá (4,97%), Boa Vista (4,36%), Rio Branco (4,05%) e Teresina (4,02%). Os dados são da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

No mês anterior, o levantamento já havia apontado aumento no preço médio da cesta em todas as capitais do país. No acumulado de 2026, todas as cidades pesquisadas registraram alta, com variações que oscilaram entre 1,56%, em São Luís, e 14,80%, em Aracaju.

Entre os produtos que mais pressionaram o orçamento das famílias está o leite integral, que apresentou alta em todas as capitais analisadas. A maior elevação foi observada em Teresina, onde o produto subiu 15,70%. Segundo o Dieese, a redução da oferta no campo durante a entressafra contribuiu para o aumento dos preços dos derivados lácteos.

O feijão também ficou mais caro em 26 capitais brasileiras, com exceção de Vitória, onde o

preço permaneceu estável. Já o tomate registrou alta em 25 cidades, com destaque para Fortaleza, onde o aumento chegou a 25%. Apenas Rio de Janeiro e Belo Horizonte tiveram queda no preço do produto. Além disso, pão francês, café em pó e carne bovina de primeira tiveram aumento em 22 das 27 cidades pesquisadas.

Cesta mais cara do país

Mais uma vez, São Paulo registrou a cesta básica mais cara do país, com custo médio de R\$ 906,14 em abril. Na sequência aparecem Cuiabá (R\$ 880,06), Rio de Janeiro (R\$ 879,03) e Florianópolis (R\$ 847,26). Já entre as capitais do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferenciada, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 619,32), São Luís (R\$ 639,24), Maceió (R\$ 652,94) e Porto Velho (R\$ 658,35).

Com base no valor da cesta mais cara do país, o Dieese estimou que o salário mínimo necessário em abril deveria ser de R\$ 7.612,49, equivalente a 4,70 vezes o mínimo vigente de R\$ 1.621. Segundo a entidade, o valor seria suficiente para cobrir despesas básicas previstas pela Constituição, como alimentação, moradia, saúde, educação, transporte, higiene, lazer e previdência.

Com informações da Agência Brasil

União Europeia veta carnes brasileiras por regra sanitária

Decisão do bloco é anunciada após mudanças sobre uso de antimicrobianos na pecuária

Ilustração/Imagem gerada por IA

A decisão da União Europeia de retirar o Brasil da lista de países autorizados a exportar produtos de origem animal para consumo humano ao bloco abriu um novo capítulo nas relações comerciais entre os dois mercados. O anúncio foi feito na terça-feira (12) pela Comissão Europeia e provocou reação do governo brasileiro, que afirmou ter recebido a medida “com surpresa” e informou que tentará revertê-la antes da entrada em vigor das novas regras, prevista para 3 de setembro de 2026.

Segundo a União Europeia, o Brasil deixou de atender às exigências relacionadas ao controle do uso de antimicrobianos na criação animal. As regras europeias passaram a valer internamente em 2022 e, agora, também serão exigidas de países exportadores. O bloco afirma que os países autorizados precisam comprovar que os animais destinados à produção de alimentos não receberam antimicrobianos proibidos ao longo de toda a vida produtiva.

A atualização foi aprovada no Comitê Permanente para Plantas, Animais, Alimentos e Ração da Comissão Europeia, responsável pela definição dos países aptos a exportar carnes para o mercado europeu. Com a mudança, o Brasil ficou fora da nova relação de países autorizados, enquanto Argentina, Paraguai e Uruguai permaneceram habilitados.

Em nota conjunta, os ministros da Agricultura e Pecuária, das Relações Exteriores e do Desen-



Decisão pode afetar frigoríficos e produtores brasileiros que exportam carne bovina e aves

volvimento, Indústria, Comércio e Serviços disseram que o Brasil adotará “todas as medidas necessárias” para voltar à lista. O governo informou ainda que o chefe da delegação brasileira junto à União Europeia terá uma reunião com autoridades sanitárias europeias para pedir esclarecimentos sobre os critérios utilizados na decisão.

Apesar do anúncio, as exportações brasileiras continuam autorizadas até setembro. O governo brasileiro ressaltou que o país mantém relações comerciais com o mercado europeu há cerca de quatro décadas e destacou a relevância do sistema sanitário nacional para o comércio internacional de proteínas animais.

A União Europeia é um dos principais destinos das exportações brasileiras de carne. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços apontam que o bloco importou cerca de R\$ 1,6 bilhão em carnes brasileiras em 2025.

A medida ocorre em um momento de maior debate sobre o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia. O tratado foi assinado em janeiro de 2026 e começou a ser aplicado provisoriamente em maio deste ano, embora ainda dependa de etapas de ratificação política e jurídica no Parlamento Europeu e em países do bloco. O acordo prevê redução gradual de tarifas,

ampliação de comércio agrícola e industrial e regras sanitárias compartilhadas. Ao longo das negociações, produtores rurais europeus manifestaram preocupação com a entrada de produtos agrícolas sul-americanos no mercado europeu, especialmente carnes.

Nos últimos anos, a União Europeia ampliou exigências sanitárias e ambientais relacionadas ao comércio agropecuário. Entre os temas incluídos nas novas regras estão rastreabilidade da produção, controle do uso de antibióticos, redução de resíduos químicos e critérios ambientais associados às cadeias produtivas. A política europeia sobre antimicrobianos faz

parte de um conjunto de medidas voltadas ao combate da resistência bacteriana, com o objetivo de limitar o uso preventivo ou excessivo desses medicamentos na pecuária. As exigências passaram a valer também para exportadores estrangeiros como condição para acesso ao mercado europeu. A decisão pode afetar frigoríficos e produtores brasileiros que exportam carne bovina, aves e outros produtos de origem animal. Empresas do setor aguardam os desdobramentos das negociações entre Brasília e Bruxelas para saber se haverá adequação das exigências sanitárias ou reversão da medida antes do prazo definido pela Comissão Europeia.

Juros bancários elevados em maio, diz Procon-SP

Ilustração/Imagem gerada por IA

Pesquisa mensal do Procon-SP indica que as taxas de juros cobradas pelos principais bancos do país seguiram elevadas em maio de 2026, mantendo o crédito caro para o consumidor. O levantamento mostra estabilidade no cheque especial e alta moderada no empréstimo pessoal, em um cenário ainda influenciado pelos juros básicos elevados da economia.

O estudo acompanha seis grandes instituições financeiras — Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Banco Safra e Santander — e considera taxas máximas pré-fixadas para clientes não preferenciais. Os dados foram coletados em 5 de maio.

No cheque especial, a taxa média permaneceu em 8% ao mês, repetindo o patamar registrado nos meses anteriores. Em termos anuais, esse percentual equivale a 151,82%. Todos os bancos pesquisados mantiveram as mesmas

taxas da pesquisa anterior, permanecendo no teto permitido pelo Banco Central desde 2020.

Já no empréstimo pessoal, a taxa média subiu para 8,59% ao mês, com acréscimo de 0,15 ponto percentual em relação a abril. Na taxa anual, os juros chegam a 168,73%. O maior aumento foi registrado pelo Bradesco, que elevou sua taxa de 8,49% para 9,50% ao mês. O Banco do Brasil reduziu levemente os juros, de 7,39% para 7,29% ao mês. Os demais bancos mantiveram os percentuais anteriores.

Entre as instituições pesquisadas, a menor taxa do empréstimo pessoal foi encontrada na Safra, com 7,25% ao mês, enquanto a maior foi a do Santander, com 9,99% ao mês.

Recomendações

Segundo o Procon-SP, “os juros continuam muito elevados” e os consumidores devem evitar decisões impulsivas diante das

facilidades oferecidas pelas instituições financeiras, como crédito pré-aprovado e ampliação do limite do cheque especial.

O órgão também relaciona o cenário ao ambiente macroeconômico. Em abril, o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, fixando os juros básicos em 14,50% ao ano. Apesar do corte, o patamar segue elevado e ainda limita reduções maiores no custo do crédito.

O Procon-SP reforça a orientação para que consumidores comparem taxas entre bancos, analisem o Custo Efetivo Total (CET) e priorizem o planejamento financeiro antes de contratar empréstimos. O órgão alerta ainda para o risco de endividamento provocado pelo uso contínuo do cheque especial, considerado uma das modalidades mais caras do mercado.



Cheque especial tem taxa média de 8% ao mês

CORREIO JURÍDICO

Ilustração/Imagem gerada por IA



Homem roubou moto e sofreu acidente em seguida

STJ nega seguro DPVAT em acidente durante crime

A Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o extinto seguro DPVAT, criado para indenizar vítimas de acidentes de trânsito em todo o país, não deve pagar compensação quando o acidente ocorre durante a prática de crime doloso cometido pela própria vítima. O caso analisado envolveu um homem que sofreu acidente com uma motocicleta roubada por ele momentos antes. A indenização havia sido autorizada pela Justiça do Paraná, mas a Quarta Turma reformou a decisão. Para a relatora, ministra Isabel Gallotti, o caráter social do DPVAT não elimina os limites do contrato de seguro, principalmente quando o risco é provocado intencionalmente pelo beneficiário. A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Especial 1.850.543.

Teste Público da Urna Eletrônica

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) realiza entre os dias 13 e 15 de maio o Teste de Confirmação do Teste Público da Urna. A etapa reúne investigadores e pesquisadores para verificar se as melhorias implementadas nos sistemas eleitorais corrigiram vulnerabilidades apontadas em testes anteriores. Segundo o tribunal, a iniciativa busca reforçar a segurança e a transparência das urnas eletrônicas para as eleições de 2026.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Diretrizes do CNJ reforçam a sustentabilidade no Judiciário.

Remuneração a catadores no Judiciário

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou recomendação para que tribunais de todo o país remunerem cooperativas e associações de catadores de recicláveis pelos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos nos órgãos. A medida prevê pagamento complementar à venda dos materiais, além de exigir condições dignas de trabalho, fornecimento de EPIs e estrutura adequada nos galpões de triagem. O texto também busca combater a vulnerabilidade socioeconômica da categoria e reforça diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Corinthians deve pagar indenizações

O Corinthians foi condenado, em segunda instância, a pagar indenizações por danos materiais, morais e pensão até os 75 anos, ao ex-jogador Kauê Moreira, de 24 anos. Ele alega ter sido vítima de negligência médica por parte do clube após sofrer uma lesão enquanto atuava nas categorias de base. O valor total da condenação é de cerca de R\$ 2,5 milhões. O Clube pretende recorrer da decisão.

DA REDAÇÃO

Indenização I

A 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo manteve, em parte, decisão da 1ª Vara Cível de Itatiba sobre o homem que matou a ex-companheira. Ele deverá indenizar o filho da vítima por danos morais (R\$ 150 mil) e por danos materiais (pagamento mensal até que o menino complete 25 anos).

Indenização II

O homem matou a mulher a facadas e foi motivado por ciúmes. Ele foi condenado em duas instâncias na esfera criminal. O filho da vítima presenciou o crime. O relator entendeu que o acusado, além das penalidades do crime, também passa a responder civilmente pelos danos causados ao filho da vítima

Volkswagen I

A Volkswagen do Brasil foi condenada a pagar R\$15 milhões de indenização de danos morais coletivos por fraudes no processo de validação ambiental de veículos a diesel produzidos no país entre 2011 e 2012. A decisão foi motivada por uma ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) contra a empresa.

Volkswagen II

Mais de 17 mil unidades da picape Amarok fabricadas no período tinham um software que burlava os testes de emissão de poluentes. Com isso, a empresa obteve licença para comercializar o produto, que, na realidade, lançava contaminantes em níveis acima do permitido. O MPF recorreu da decisão e pede que a indenização seja ampliada.

SUS I

O exame de PET-CT começou a fazer parte do Sistema Único de Saúde (SUS) para o diagnóstico de câncer de mama metastático, após atuação do Ministério Público Federal (MPF) junto ao Ministério da Saúde. A decisão beneficia pacientes de todo o país e representa um avanço no para a saúde pública.

SUS II

Antes, esse tipo de exame estava disponível no SUS apenas para três situações específicas. Com a nova norma, o acesso ao PET-CT foi ampliado, contribuindo para decisões terapêuticas mais precisas. A medida é resultado de esforços realizados pelo 4º Ofício da Procuradoria da República no Paraná.



Prática pode gerar indenizações por danos morais

Justiça tem 30 mil ações por assédio moral em 2026

Entre 2020 e 2025 foram mais de 600 mil processos, aponta TST

Andre Souza

Cobranças excessivas, comentários constrangedores, ameaças de punição, tratamento agressivo e exclusão de atividades profissionais estão entre as situações mais recorrentes de assédio moral registradas no ambiente de trabalho brasileiro. Segundo levantamento divulgado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a Justiça do Trabalho recebeu 601.538 novas ações envolvendo pedidos de indenização por dano moral decorrente de assédio moral entre 2020 e 2025. Somente nos quatro primeiros meses de 2026, mais de 30 mil novos processos foram apresentados em todas as instâncias da Justiça trabalhista.

Os dados do TST mostram crescimento contínuo das ações nos últimos anos. Em 2020, foram registrados 64.021 novos processos. Em 2021, o número subiu para 77.456 ações. Em 2022, foram 77.505 casos. Já em 2023, a Justiça do Trabalho recebeu 91.049 novas ações, enquanto 2024 registrou 116.739 processos, o maior volume da série divulgada pelo tribunal.

De acordo com o TST, o assédio moral ocorre quando trabalhadores são submetidos, de forma repetitiva, a situações humilhantes, constrangedoras ou abusivas que afetam a dignidade e provocam prejuízos emocionais, psicológicos ou profissionais. As práticas podem ocorrer entre superiores e

subordinados, entre colegas de trabalho e até envolver pessoas externas ao ambiente profissional.

Entre os exemplos citados pelo tribunal estão a imposição de punições vexatórias, isolamento do trabalhador, retirada injustificada de funções, sobrecarga de tarefas, limitação de idas ao banheiro, controle excessivo de pausas e tratamento diferenciado em relação aos demais empregados. O ministro do TST, Agra Belmonte, coordenador-geral do Programa Trabalho Seguro, afirmou que "o aumento das ações pode indicar tanto maior número de denúncias quanto a permanência desse tipo de prática nas relações de trabalho".

O levantamento também destaca o crescimento do debate sobre saúde mental no ambiente profissional. Segundo o tribunal, práticas de assédio podem contribuir para o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e estresse.

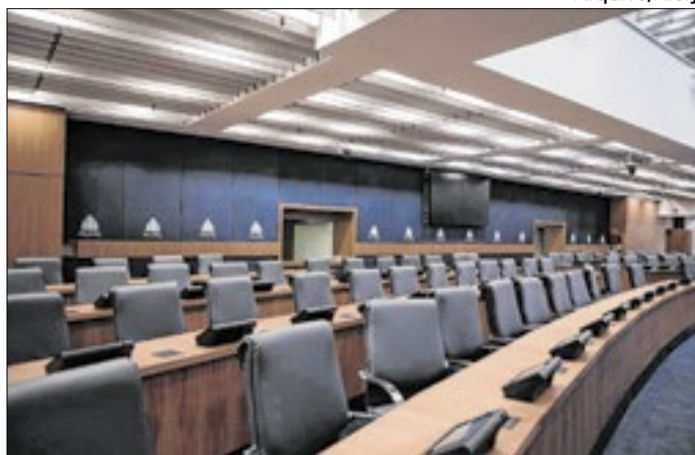
Prevenção do Assédio

Para ampliar o acesso à informação sobre o tema, o TST e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho lançaram, em 2024, duas cartilhas voltadas à prevenção do assédio, discriminação e violência no trabalho. Embora o assédio moral não seja tipificado como crime na legislação, a prática pode gerar indenizações por danos morais e até motivar a rescisão indireta do contrato de trabalho. No serviço público, o assediador também pode responder a processo administrativo disciplinar.

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Arquivo/Alerj



Medida promove transparência na gestão de recursos

Alerj cria comissão especial para promover corte de gastos

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) vai instalar uma Comissão Especial destinada a promover o corte de gastos e buscar o equilíbrio fiscal do estado. A iniciativa do presidente da Casa, deputado Douglas Ruas (PL), tem como objetivo ampliar o debate sobre a execução orçamentária e fortalecer os mecanismos de fiscalização e controle das despesas públicas. A informação foi divulgada pelo presidente durante reunião da Mesa Diretora, realizada nesta terça-feira (12). O colegiado deverá realizar uma análise geral do orçamento previsto para os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A medida busca promover maior transparência na gestão dos recursos públicos.

Discussão do PLDO

Segundo o presidente da Casa, a intenção é analisar todos os cenários e trazer o debate sobre austeridade fiscal e regulação de despesas. Nesta quarta-feira (13), a Comissão de Orçamento da Alerj começa a discutir o projeto enviado pelo Executivo com as Diretrizes Orçamentárias de 2027 (PLDO 7.505/26). A proposta já estima um déficit nas contas do Governo na ordem de R\$13 bilhões para o próximo ano e com projeções negativas para os dois exercícios seguintes.

Estéferson Faria/Governo do Estado do Rio de Janeiro



O petróleo foi o maior responsável por exportações do Rio

Estado tem superávit de US\$ 9,8 bilhões

A balança comercial fluminense registrou um superávit de US\$9,8 bilhões no acumulado dos quatro primeiros meses do ano. Entre janeiro e abril, a corrente comercial (soma das importações e exportações) do Rio de Janeiro alcançou US\$27 bilhões: o estado exportou US\$ 18,4 bilhões e importou US\$8,6 bilhões. Os dados são do Comex Stat, sistema do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços que reúne informações do comércio exterior brasileiro. O petróleo foi responsável por 78,4% das exportações do estado.

Petróleo e siderúrgicas

O petróleo movimentou US\$14,4 bilhões entre janeiro e abril; além do setor de siderurgia, que exportou US\$629 milhões em produtos. No primeiro trimestre do ano, o Estado do Rio respondeu por 16% das exportações e 9,4% das importações totais do país. Entre os principais parceiros comerciais do estado estão a China, Coreia do Sul e Estados Unidos.

Ação em Caxias

A Prefeitura de Caxias retirou quebra-molas e tapou buracos na comunidade do Pantanal nesta terça (12). A obra ocorreu após denúncia do deputado Marcelo Dino (PL), que preside a Frente de Retomada de Território. As barreiras, feitas pelo tráfico, visavam impedir o acesso de viaturas da polícia à região.

Alerta de calor

A Alerj debateu nesta terça-feira (12) os impactos da crise climática nas favelas do Rio. A região tem a 2ª maior mortalidade por ondas de calor no país, afetando sobretudo negros e periféricos. Com alertas de clima extremo para o fim de 2026, a comissão cobra do Estado ações urgentes de infraestrutura e prevenção.

Enfermagem

A Alerj abriu a Semana da Enfermagem nesta terça (12) com a entrega do Prêmio Ana Nery no Palácio Tiradentes. A cerimônia homenageou profissionais de destaque e reforçou a luta por melhores condições de trabalho e contra o assédio. A categoria, com 3 milhões de inscritos no país, busca valorização e união.

Mais segurança

A Prefeitura de Maricá entregou 419 coletes balísticos à Guarda Municipal nesta segunda (11). Cada agente operacional terá um equipamento próprio para reforçar a proteção individual e a segurança nas ruas. A medida faz parte da modernização da corporação, que dobrou de efetivo desde 2022 e avança na regulamentação do armamento técnico.

Cidades inteligentes

Niterói sedia nesta quinta (14) a reunião estratégica da Plataforma Connected Smart Cities. Líder em inovação no Sudeste, a cidade debaterá segurança, economia azul e planejamento urbano com especialistas e gestores. O evento ocorre no Reserva Cultural e destaca o município como o 3º mais inteligente do Brasil.

Apoio às mulheres

Cabo Frio e a Universidade Estácio de Sá firmaram parceria para ampliar o suporte a mulheres vítimas de violência. Mulheres encaminhadas pelo CEAM terão acesso a orientação jurídica e apoio psicológico gratuito na nova Clínica de Direitos Humanos. A união visa fortalecer a rede de proteção e garantir acolhimento.



A Serra dos Órgãos abrange quatro municípios do Rio

Rio lança supertrilha de 3.500 km pelo estado

“Volta ao Rio” propõe trechos a pé, de bicicleta e até de caiaque

Por Déborah Gama

O estado do Rio de Janeiro inaugurou oficialmente a “Volta ao Rio”, uma supertrilha monumental de 3.500 quilômetros que interliga unidades de conservação e os principais cartões-postais de todas as regiões fluminenses. Lançado no início de maio de 2026, o projeto conecta trilhas consagradas, como a Transcarioca e a Travessia Petrópolis-Teresópolis, a novos trajetos que podem ser explorados a pé, de bicicleta ou até de caiaque.

“A Volta ao Rio é a junção de várias trilhas que hoje pertencem à Rede Brasileira de Trilhas — no final de uma começa a outra”, explicou Hugo de Castro Pereira, coordenador do projeto. “A gente entende que será a trilha mais importante do mundo”, destaca.

Percurso cíclico e em etapas

Atualmente, cerca de 60% da extensão total já está sinalizada, e o percurso é desenhado de forma cíclica, permitindo que o trilheiro inicie a jornada de qualquer ponto, sem a necessidade de completá-la de uma só vez.

A proposta da “Volta ao Rio” é oferecer uma experiência diversificada, unindo desde as baixas temperaturas do Parque Nacional do Itatiaia até o sol das praias da Região dos Lagos. O roteiro inclui passagens icônicas pelo Cristo Redentor e pelo Pão de

Açúcar, além de navegação pelo Rio Paraíba do Sul e descidas pela Serra da Bocaina rumo a Paraty.

Estima-se que seriam necessários cerca de 90 dias para percorrer todo o trajeto ininterruptamente, embora o foco seja o uso por etapas.

Apesar de a maior parte da trilha seja considerada de fácil acesso, especialmente nos trechos de praia, há segmentos que exigem preparo físico e técnica. Entre os desafios destacados pelos organizadores estão a passagem pelo Caminho da Serra do Mar e a “escalaminhada” conhecida como Cavalinho, na Serra dos Órgãos.

Hugo de Castro acredita que a iniciativa colocará o Rio de Janeiro em um novo patamar no turismo de natureza mundial. “A Volta ao Rio materializa, na prática, a integração das regiões turísticas do estado em um único produto estruturante. É uma ferramenta concreta de regionalização do turismo, com impacto direto na geração de emprego, renda e conservação da nossa biodiversidade”, emendou.

A iniciativa é fruto de um esforço integrado entre a Rede Brasileira de Trilhas, o ICMBio, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a TurisRio, com apoio dos ministérios do Meio Ambiente e do Turismo. O projeto segue em expansão com o objetivo de integrar, progressivamente, todos os 92 municípios do estado do Rio de Janeiro.

CORREIO CARIOCA

Divulgação/Prefeitura



Anúncio da expansão da guarda armada para Bangu

Força Municipal amplia atuação e chega a Bangu

A Divisão de Elite da GM-Rio - Força Municipal inicia no domingo (24), mais uma etapa de expansão do policiamento preventivo na cidade, que desta vez será implantado no Bangu Shopping, na Zona Oeste. A atuação é baseada na análise de manchas criminais e aloca o efetivo em locais e horários com alta incidência de roubos e furtos. A ampliação representa uma nova etapa da implantação da Força Municipal, que segue o modelo operacional já adotado em outras regiões. O esquema prevê patrulhamento a pé e com viaturas, realizado por agentes em duplas ou trios distribuídos em pontos estratégicos previamente mapeados. As equipes atuarão com armamento de uso individual obrigatório.

Balanço operacional da Força Municipal

Desde o início da atuação da Força Municipal, iniciado em 15/03, os agentes já realizaram mais de 2,5 mil abordagens, 476 prisões e detenções. As equipes também recuperaram 83 celulares, 58 motocicletas, 10 bicicletas, além de 12 cordões, uma arma de fogo, quatro réplicas e 11 armas brancas. Em apenas dois dias de atuação nos três perímetros de Botafogo os agentes da Força Municipal já realizaram duas prisões.

Divulgação/PCERJ



Polícia Civil realiza operação contra arsenal de CACs

Operação mira arsenal de CACs ilegais

A Polícia Civil realiza, na manhã desta terça (12), uma operação contra arsenal de ex-Colecionadores, Atiradores Desportivos e Caçadores (CACs) que tiveram seus registros cassados. As investigações apontam que parte dos alvos permaneceu, de forma ilegal, sob posse desses armamentos e pode ter desviado armas para facções. Equipes da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (Desarme), com o apoio de unidades do Departamento-Geral de Polícia Especializada (DGPE), cumprem mandados de busca e apreensão.

Armas desviadas para o tráfico

A autorização para posse e porte de armamento de CACs é concedida pelo Exército Brasileiro e fiscalizada pela Polícia Federal. De acordo com as investigações, parte dos alvos não entregou o armamento às autoridades após a perda das autorizações legais. Além disso, foram identificados indícios de que parte das armas e munições estaria sendo desviada para traficantes de drogas.

POR
CLARA SANTA ROSA

Turismo

No que se refere ao perfil etário, a Secretaria Municipal de Turismo dispõe de dados relativos ao turismo para os anos de 2024, 2025 e o primeiro quadrimestre de 2026. Os resultados indicam estabilidade, acompanhada do fortalecimento gradual de turistas com 60 anos ou mais no fluxo turístico da cidade.

Fiscalização

A CET-Rio instalou dois equipamentos de fiscalização para coibir o avanço de sinal vermelho e promover segurança na Rua Marquês de São Vicente, na Gávea. A infração é considerada gravíssima e prevê multa de R\$ 293,47 e a perda de sete pontos na Carteira. A Rua também possui a lombada eletrônica e a sinalização horizontal e vertical.

Devolução de areia

As equipes da Comlurb estão nas ruas desde segunda (11) realizando a limpeza das orlas da cidade por conta da ressaca que atingiu o litoral. O serviço principal está sendo feito na Praia do Leblon. Até a manhã desta terça, foram removidas cerca de 18 toneladas de areia. Toda a areia removida está sendo devolvida às praias.

Guias turísticos

A Escola Carioca de Turismo está com inscrições abertas para novas turmas. Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Turismo, em parceria com o Senac, o curso tem foco na qualificação de guias. As aulas são gratuitas e começam no dia 10 de junho, com duas opções de sede: Centro e Copacabana. As inscrições podem ser feitas no site oficial.

Combate à dengue

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) segue intensificando ações de prevenção às arboviroses e de controle vetorial, como parte da estratégia SVS na Rua, durante o mês de maio. Nesta semana, as vistorias começam na terça (12) em Olaria e, até o dia 14, as atividades seguirão por dez bairros das zonas Norte, Sul, Sudoeste e Oeste do Rio.

Transporte

Os ônibus do Rio deixarão de aceitar pagamento em dinheiro a partir do dia 30 de maio, conforme anunciado pela prefeitura nesta terça (12). No comunicado, a Secretaria Municipal de Transportes diz que a medida faz parte da modernização do transporte público municipal. O acesso será feito exclusivamente pelo Jaé ou pelo Riocard.



Parceria entre prefeitura e 99 inaugura ponto de apoio

Prefeitura e 99 apresentam fiscalização de motociclistas

Política pública já reduziu o número de acidentes em 24%

Por Clara Santa Rosa

A Prefeitura do Rio de Janeiro e a empresa 99 apresentaram os primeiros resultados do Programa de Monitoramento de Direção Segura de Condutores, e inauguraram a segunda Parada — ponto de apoio para motociclistas e ciclistas que atuam por aplicativos de transporte e entrega. O evento foi realizado na Barra da Tijuca, zona sudoeste da cidade, nesta terça-feira (12).

A 99 foi a primeira empresa a aderir ao Programa de Monitoramento de Direção Segura de Condutores, criado em outubro de 2025. Como resultado, nos primeiros três meses de funcionamento os acidentes com motociclistas registrados na 99 caíram 24% em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, 53% dos motociclistas monitorados melhoraram o comportamento no trânsito.

Medidas educativas

Para alcançar esses resultados, a empresa utiliza telemetria para monitorar os motociclistas em tempo real. A tecnologia usa dados dos sensores do próprio celular do condutor para identificar comportamentos de risco e gerar orientações de direção segura.

A ferramenta oferece análise detalhada das viagens, com nota de desempenho e indicação dos pontos de risco no trajeto. Dependendo da gravidade ou

da reincidência das infrações, o motociclista pode ser bloqueado temporária ou definitivamente da plataforma. Todas as regras podem ser consultadas no decreto publicado em 2025. iFood, Uber e Keeta também já aderiram ao programa.

Nesta terça-feira (12), a Prefeitura e a 99 inauguram o segundo ponto de apoio para motociclistas entregadores da plataforma, na Barra da Tijuca, na Zona Sudoeste. O Rio foi a primeira cidade do país a oferecer esse tipo de estrutura voltada aos trabalhadores de plataformas digitais. O primeiro espaço foi inaugurado no fim de 2025, em Botafogo, na Zona Sul.

Os pontos de apoio oferecem área de descanso, sanitários, hidratação, wi-fi, micro-ondas, estacionamento e recarga de celulares, garantindo melhores condições de trabalho aos condutores parceiros. O funcionamento é diário, das 10h às 22h, com acesso gratuito.

A unidade da Barra da Tijuca conta com 182 m² entre área construída e estacionamento e está localizada sob o viaduto da Avenida Armando Lombardi com a Rua Coronel Eurico de Sousa Gomes Filho.

A iniciativa da 99 faz parte do investimento de R\$ 50 milhões para instalação de pontos de apoio em todo o país. Atualmente, são mais de 100 mil entregadores cadastrados no Rio.



Alex Ramos

Projetos foram debatidos em sessão nesta terça-feira, dia 12

Alerj debate PL para criar banheiro neutro em estabelecimentos

Plenário também discute título de Patrimônio do Rio ao Palácio Tiradentes

O plenário da Alerj debateu, nesta terça-feira (12), vários projetos de caráter político, cultural e social. O principal deles foi em relação ao caso da atriz Cássia Kiss com a mulher trans no banheiro feminino, no qual a deputada Índia Armelau (PL) propôs a criação de um terceiro banheiro em estabelecimentos. Outro foi em relação ao bronzamento artificial e ainda um que transforma o Palácio Tiradentes em Patrimônio do Rio.

Locais públicos e privados deverão instalar banheiros e vestiários neutros

Ambientes públicos e privados de grande circulação no Estado do Rio poderão ser obrigados a disponibilizar um banheiro neutro para uso de pessoas trans, não-binárias ou que não realizaram cirurgia de afirmação de gênero. A exigência está prevista no Projeto de Lei 3.17/23, de autoria da deputada Índia Armelau (PL).

De acordo com a proposta, os ambientes deverão contar com fraldário, vaso sanitário infantil, lavatório adequado e acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCDs) ou com mobilidade reduzida. O texto também determina que os espaços tenham sinalização específica, inclusive em Braille.

O projeto define como banheiros e vestiários neutros aqueles destinados a pessoas cuja identidade de gênero não se enquadra nos espectros masculino e feminino e que não tenham se submetido ao procedimento cirúrgico para troca de gênero. A medida deverá ser aplicada em locais como hospitais, universidades, centros de convenções, terminais de transporte público, cinemas, teatros, centros esportivos, parques e praças públicas.

Pela proposta, os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de seis meses, após a publicação da lei, para realizar as adequações necessárias. O descumprimento poderá acarretar advertências, multas e até interdição do estabelecimento em caso de reincidência.

Os valores arrecadados com as multas, que poderão começar no valor de 1.100 UFIR-RJ, o equivalente a R\$ 5.456, e ser dobrado, serão destinados ao Fundo de Defesa Social e Defesa da Cidadania (FDSPC), com aplicação em programas de conscientização sobre os direitos das pessoas trans não redesignadas e não-binárias, além do

atendimento a vítimas de violência motivada por identidade de gênero ou orientação sexual.

O texto também prevê a criação de um canal específico para recebimento de denúncias relacionadas ao descumprimento da norma e para prevenção de atos discriminatórios.

Protocolo contra racismo e intolerância religiosa nas escolas

A proposta, determinada Lei Guilherme Lima (Projeto de Lei 1.529/23), de autoria do deputado Carlos Minc (PSB), com coautoria os deputados Renata Souza (PSol), Prof. Josemar (PSol), Lilian Behring (PCdoB), Dionísio Lins, (PP) e Guilherme Delaroli (PL), define normas que deverão ser seguidas pelas unidades de ensino sempre que ocorrerem episódios de discriminação. Entre elas, estão o acolhimento e a escuta de vítimas e envolvidos, a convocação dos responsáveis para reuniões de orientação e a oferta de apoio psicológico e pedagógico aos estudantes afetados.

O texto também garante a abertura de procedimentos internos para a apuração de casos, além da comunicação às autoridades competentes, garantindo a responsabilização dos autores conforme a legislação vigente.

Além das ações imediatas, o projeto estabelece diretrizes para um protocolo permanente de atuação das escolas, como o acesso

a materiais pedagógicos que abordem o tema na realidade brasileira, a valorização da liberdade de consciência, crença e culto.

Palácio Tiradentes pode virar Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Rio

No ano de seu centenário, o histórico Palácio Tiradentes poderá virar Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial do Rio. É o que propõe o texto de autoria da deputada Verônica Lima (PT) que será debatido, em primeira discussão. Caso receba emendas parlamentares, o projeto sairá de pauta.

A proposta também autoriza o Poder Público a promover atividades de preservação histórica e incentivo cultural no espaço, inclusive em parceria com entidades da sociedade civil. Na justificativa do projeto, a parlamentar destaca a relevância histórica do local, que ocupa um terreno ligado à memória política do país desde o período colonial.

Bronzamento artificial pode ser liberado no Rio

A utilização de equipamentos de bronzamento artificial para fins estéticos, com base na emissão de radiação ultravioleta (UV), poderá ser autorizada no Estado do Rio de Janeiro. A medida, de autoria do deputado Carlinhos BNH (PP), será votada em segunda discussão. Caso seja aprovada, a medida seguirá para sanção ou veto do governador.

A proposta altera a Lei 4.879/06, que regulamenta o funcionamento de estabelecimentos que utilizam câmaras de bronzamento artificial no estado, para incluir a autorização expressa do uso desses equipamentos com finalidade estética. A liberação deverá seguir as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Estado com 1500 vagas de emprego, estágio e jovem aprendiz

A Secretaria de Estado de Trabalho e Renda e a Fundação Mudes divulgam, nesta semana, 1.520 oportunidades de emprego formal, estágio e jovem aprendiz no Rio de Janeiro.

Na Região Metropolitana, estão concentradas 65% das vagas: são 915 chances, entre cozinheiro de restaurante, em Ipanema, e fisioterapeutas, na Tijuca, com remuneração de até três salários mínimos (R\$ 4.863). Já para pessoas com deficiência (PcD), há 55 oportunidades distribuídas pela região, tais como agente de saneamento, agente social, empacotador à mão, operador de vendas, repositor de supermercados e técnico de laboratório. Os salários variam de um a dois mínimos (R\$ 1.621 a R\$ 3.242).

Para quem busca emprego na região do Médio Paraíba, há 317 oportunidades com salário médio de R\$ 3.242 e exigência do Ensino Fundamental completo. Na região Serrana, a captação de vagas reuniu 176 posições em Teresópolis, entre as quais as de analista de estoque, analista de recursos humanos e atendente balconista. A remuneração média é de R\$ 1.621 a R\$ 3.242, e é necessário ter experiência anterior.

A secretaria lembra que é importante manter cadastro e currículos atualizados no Sistema Nacional de Emprego, que analisa o perfil do candidato e a vaga cadastrada pelo empregador. Para se inscrever ou atualizar o cadastro, é necessário ir a uma unidade do Sine levando os documentos de identificação civil, carteira de trabalho, PIS/PASEP/NIT/NIS e CPF. O endereço das unidades e os detalhes de todas as vagas oferecidas podem ser encontrados no Painel Interativo de Vagas da Secretaria de Trabalho e Renda, disponível no site www.rj.gov.br/trabalho.

Em parceria com a Fundação Mudes, existem ainda à disposição da população fluminense oportunidades de estágio e jovem aprendiz. A Fundação oferece 112 vagas de estágio nos níveis Superior, Médio e Técnico, com bolsa auxílio que pode chegar a R\$ 2.000. Para se candidatar, basta acessar www.mudes.org.br.

PETROPOLITANAS

Google maps



Ação pede despejo onde funciona a secretaria de Turismo

Incerteza com mais uma sede da secretaria de Petrópolis

A Prefeitura de Petrópolis virou alvo de uma ação de despejo por falta de pagamento referente ao imóvel onde funciona a Secretaria de Turismo, localizado na Avenida Tiradentes, no Centro da cidade. A ação foi protocolada na 4ª Vara Cível e cobra uma dívida superior a R\$ 573 mil em alugueis atrasados. Segundo a petição, o imóvel pertence ao espólio de Dario Ferreira Alves e foi alugado ao município por meio do Contrato Administrativo nº 31/2023, assinado em janeiro de 2023. O aluguel inicial foi fixado em R\$ 28 mil mensais, valor atualmente reajustado para R\$ 28.634,68 pelo índice IGP-M. De acordo com o processo, a Prefeitura estaria inadimplente desde abril de 2025. O débito acumulado entre 10 de abril de 2025 e 10 de abril de 2026 chega a R\$ 573.032,94.

Contatos sem sucesso

A ação judicial afirma ainda que o contrato não possui garantias reais ou fidejussórias, deixando o proprietário sem proteção financeira em caso de inadimplência. No documento, o advogado do espólio relata diversas tentativas de negociação extrajudicial com representantes do governo municipal. O processo pede que a Justiça determine o despejo do município caso a dívida não seja quitada dentro do prazo legal.

Divulgação



Projeto segue para sanção ou veto do prefeito

Serra Bugs

O projeto de lei que reconhece o evento "Serra Bugs" como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Município de Petrópolis foi aprovado na Câmara. A proposta, de autoria do vereador Gil Magno, reconhece o encontro como uma importante manifestação cultural da cidade, valorizando a preservação do acervo automobilístico nacional, especialmente dos veículos antigos, além de fortalecer o turismo, a economia criativa, a música, a gastronomia e as ações solidárias promovidas durante o evento.

Edição 2025

Realizado anualmente no Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, em Itaipava, o Serra Bugs se consolidou como um dos maiores encontros de carros antigos da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, reunindo apaixonados por veículos antigos de diversas regiões do país. A edição de 2025 reuniu mais de 3 mil veículos, além de programação musical, feira gastronômica, atividades infantis e ações sociais.

36 nomeados

A Prefeitura de Petrópolis publicou uma portaria nomeando 36 novos professores aprovados no concurso público da Educação. A medida foi oficializada por meio da Portaria nº 1.906, assinada pelo prefeito Hingo Hammes no dia 8 de maio de 2026. Os profissionais vão atuar na rede municipal de ensino.

Vagas

A maior parte das vagas foi destinada à 1ª Região da rede municipal, que recebeu 29 novos profissionais para Educação Infantil e anos iniciais. Já a 2ª Região contará com seis novos professores. Além disso, uma candidata foi nomeada para o cargo de professora de Inglês da 1ª Região.

Na CPTrans

A Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTrans) convocou candidatos aprovados no concurso público do Edital nº 001/2023 para o início da fase de admissão. Segundo a convocação oficial, os aprovados precisam apresentar toda a documentação exigida no subitem 14.8 do edital do concurso público.

Início

A Prefeitura iniciou nesta terça-feira (12) as atividades do programa Escola Resiliente. Este ano, 51 unidades de rede municipal, que contam com o Ensino Fundamental, estão participando. A Escola Germano Valente, no Centro, foi a primeira unidade a receber as atividades. O programa tem o objetivo de capacitar estudantes do Ensino Fundamental.

Atividades

As atividades contam com oficinas onde os estudantes aprendem sobre desenvolvimento sustentável, redução de resíduos sólidos, utilização de pluviômetros caseiros, respostas em momentos de emergência, rotas de fuga entre outros. As atividades vão acontecer ao longo do ano nas 51 unidades.

Trânsito

Por conta da Festa de Nossa Senhora de Fátima, nesta terça-feira (13), haverá interdições no trânsito de veículos no entorno do Trono de Fátima. O acesso à Rua Padre Moreira será em mão única na subida pelo Valparaíso, na altura do Canto do Cemitério. Já a saída dos veículos acontecerá pelas ruas do Encanto ou Frei Ciríaco.



O processo segue em fase de instrução

Despesas sem empenho da Câmara viram alvo do TCE-RJ

Júnior Coruja tem prazo de 15 dias para apresentar defesa

Por Gabriel Rattes

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) apontou a realização de mais de R\$ 1,3 milhão em despesas sem prévio empenho na Câmara Municipal de Petrópolis e notificou o presidente da Casa, Carlos da Costa Machado, conhecido como vereador Júnior Coruja, para apresentar defesa no prazo de 15 dias. A irregularidade foi identificada durante a análise da Prestação de Contas Anual de Gestão referente ao exercício de 2024.

Em decisão monocrática assinada no último dia 7 de maio, o conselheiro-relator do TCE-RJ, Thiago Pampolha Gonçalves, acolheu parecer técnico que apontou despesas realizadas "à margem dos registros orçamentários", em desacordo com normas de contabilidade pública e da legislação financeira. Segundo o documento, as despesas foram realizadas sem os devidos registros orçamentários e sem empenho prévio, prática vedada pela legislação federal.

De acordo com o relator as ações estão em desacordo com o artigo 60 da Lei Federal nº 4.320/64 e aponta possível descumprimento do artigo 167 da Constituição Federal.

Outras irregularidades

O conselheiro destacou ainda que registros do Sistema Módulo de Término de Mandato indicam despesas realizadas pela Câmara que não foram inscritas em restos a pagar após 1º de maio de 2024. Segundo o TCE, a classificação destas despesas "não foi adequada", o que impacta diretamente na análise do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Outro apontamento feito pelo Tribunal envolve a assinatura do relatório e do certificado de auditoria.

Conforme a decisão, os documentos foram assinados pelo responsável do setor contábil e não pelo controlador interno da Câmara, como determina o procedimento correto.

O artigo 60 da Lei Federal nº 4.320/64 estabelece que "é vedada a realização de despesa sem prévio empenho". O empenho é a etapa que reserva oficialmente o recurso público antes da contratação ou realização da despesa. Já o artigo 167 da Constituição Federal proíbe a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais autorizados.

No entanto, a decisão do TCE-RJ não representa o julgamento definitivo das contas. O processo segue em fase de instrução, e o presidente da Câmara Municipal ainda poderá apresentar justificativas e documentos ao Tribunal antes de eventual decisão final sobre o caso.

Questionado, o vereador Júnior Coruja informou que "A decisão monocrática do TCE-RJ tem caráter preliminar e instrutório, não representando condenação, rejeição de contas ou reconhecimento de irregularidade. Trata-se de etapa ordinária do procedimento de análise das prestações de contas, com plena garantia do contraditório e da ampla defesa. Os apontamentos decorrem de inconsistência operacional no envio de dados ao Sistema Módulo Término de Mandato do TCE-RJ, causados pela recente troca de layout. Os empenhos foram regularmente anulados dentro do exercício de 2024, no montante de R\$ 1.357.696,99, os quais não foram corretamente refletidos no arquivo transmitido ao Tribunal, permanecendo indevidamente registrados como Restos a Pagar". A íntegra da nota pode ser conferida no site Correio Petropolitano.

CORREIO SERRANO

Divulgação



Projeto segue para sanção ou veto do Executivo

Uber e 99 em Areal: PL que regulamenta uso é aprovada

A Câmara Municipal de Areal aprovou por unanimidade, na sessão desta semana, o projeto de lei de autoria do vereador Felipinho Barros que autoriza e regulamenta o funcionamento de aplicativos de transporte como Uber, 99 e similares no município. A proposta representa um avanço importante para a mobilidade urbana da cidade e busca atender uma demanda antiga da população, principalmente de trabalhadores, estudantes e moradores de bairros mais afastados que enfrentam dificuldades de locomoção, especialmente durante a noite, madrugadas, finais de semana e feriados. Segundo o vereador, o objetivo do projeto é modernizar o sistema de transporte de Areal.

Outras cidades

O parlamentar também fez questão de ressaltar que a proposta não é contrária aos taxistas do município. "Isso não é contra os taxistas. Muito pelo contrário. Nosso objetivo é ampliar possibilidades e melhorar o transporte para quem realmente precisa", afirmou. Cidades da região como Petrópolis, Três Rios e Juiz de Fora já possuem aplicativos de transporte em funcionamento, realidade que, segundo o vereador, também precisa chegar a Areal.

Ascom/PMNF



Casa de Cultura e Cidadania em Nova Friburgo (RJ)

Inauguração do Casarão do Lazareto

Nova Friburgo inaugura, nesta sexta-feira (15), a Casa de Cultura e Cidadania Casarão do Lazareto, novo espaço público voltado para atividades culturais, serviços sociais e ações comunitárias no bairro Duas Pedras. A cerimônia oficial começa às 17h, na véspera do aniversário de 208 anos da cidade. O casarão, que durante anos esteve abandonado e chegou a apresentar graves problemas estruturais, passou por um processo de restauração realizado pela Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Subsecretaria de Patrimônio Histórico, em parceria com a Fundação Dom João VI.

Investimento ultrapassa R\$ 1,4 milhão

Segundo a Prefeitura, o investimento total na obra foi de R\$ 1.459.259,82. O projeto contemplou recuperação estrutural completa, restauração de elementos arquitetônicos originais, melhorias nas instalações e adaptações de acessibilidade. O imóvel histórico foi transformado em um equipamento multifuncional que vai reunir atividades culturais, serviços de saúde, esporte e cidadania.

Conscientização

Para marcar o Movimento Maio Amarelo, Campanha Nacional de Conscientização para um trânsito mais humano e seguro, a Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade de Teresópolis está intensificando, durante todo esse mês, as atividades de conscientização.

Educação

As ações voltadas para a educação e prevenção de acidentes de trânsito estão sendo realizadas em diversas escolas públicas (municipais e estaduais) e privadas, da Educação Infantil ao Ensino Médio, visando engajar a comunidade escolar e a população teresopolitana em geral.

Campanha

Este ano, a campanha nacional tem como tema principal: "No trânsito, enxergar o outro é salvar vidas". Entre as unidades de ensino municipais visitadas estão a Escola Municipal Alice Saldanha, no Morro do Tiro, e Escola Municipal Maria Mendes, no Cruzeiro, no 2º Distrito de Teresópolis.

Saúde mental I

A Prefeitura de Três Rios realiza, no próximo dia 15 de maio, uma caminhada especial em alusão à saúde mental, que faz parte do projeto "Valorização da vida: Você é importante". A iniciativa tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância do cuidado com a mente, fortalecer vínculos sociais e incentivar hábitos saudáveis.

Saúde mental II

A participação é gratuita e aberta a toda a população. A programação terá início às 8h, com concentração no Horto Municipal. A abertura oficial acontece às 8h30, e a caminhada começa às 9h, com percurso saindo do Horto em direção ao Morro do Anjo. O encerramento está previsto para às 10h30.

Saúde mental III

Durante o trajeto, os participantes contarão com distribuição de kits de frutas, entrega de panfletos informativos, orientações sobre saúde mental, aula funcional com profissional de educação física, aferição de pressão arterial e glicemia, além de orientações nutricionais sobre alimentação saudável.



Município informou que já atua para melhorias na unidade

Casa de Acolhimento deve ser regularizada

Prefeitura de Friburgo terá 90 dias para realizar adequações

Por Leandra Lima

A 1ª Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Nova Friburgo determinou prazo de 90 dias para que a Prefeitura regularize o funcionamento e corrigir irregularidades na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso.

A decisão partiu de uma ação civil ajuizada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) contra o município. O MPRJ pediu que o Executivo Municipal assegurasse condições dignas de funcionamento da unidade, com a realização de obras emergenciais, regularização de documentos, como o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o Certificado de Fiscalização da Vigilância Sanitária, além do reforço da equipe técnica.

Outro ponto envolvia a infraestrutura e as condições do ambiente destinado aos acolhidos. Nesse cenário, o Executivo deveria garantir o pleno funcionamento dos banheiros, a correção de infiltrações e vazamentos, além da retirada ou substituição de mobiliários que apresentassem risco à integridade física dos jovens.

Com base na denúncia do MP, o magistrado informou que o Executivo tem 90 dias para providenciar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e o Certificado de Fiscalização da Vigilância Sanitária. Também deverá realizar imediatamente obras emergenciais para garantir higiene, segurança e a correção de outros problemas estruturais.

Além disso, a Prefeitura terá que ampliar a equipe técnica que presta assistência aos acolhidos. Em 60 dias, psicólogos e assistentes sociais deverão passar a compor a equipe, e o município deverá apresentar um plano para adequar o espaço devido à superlotação.

Caso as determinações não sejam cumpridas dentro do prazo estipulado, a Prefeitura enfrentará punições, como a aplicação de multa diária de R\$ 500, limitada inicialmente a R\$ 20 mil, conforme apontou a decisão.

Acompanhamento

A situação vem sendo acompanhada desde setembro de 2025, quando a Promotoria, com apoio do Núcleo de Apoio Técnico Psicologia e Serviço Social (NAT/MPRJ), realizou inspeção na unidade e constatou que o local abrigava 26 crianças e adolescentes, superando a capacidade máxima de 20 vagas.

Já em março deste ano, o número subiu para 31 acolhidos. O Ministério Público expediu recomendação com medidas concretas, prazos definidos e advertência expressa quanto à possibilidade de ajuizamento de ação civil pública em caso de descumprimento. No entanto, de acordo com o MPRJ, não houve resposta efetiva, e o cronograma de execução das medidas recomendadas não foi cumprido. Foi constatado que não há planejamento para a erradicação do trabalho infantil, o que configura descumprimento das obrigações legais e constitucionais relacionadas à proteção integral de crianças e adolescentes.

O caso vem sendo monitorado pelo órgão desde 2021, quando foi instaurado um procedimento administrativo para acompanhar ações municipais voltadas à prevenção e erradicação do trabalho infantil.

O Município de Nova Friburgo informou que recebeu a decisão judicial com serenidade e respeito às instituições, destacando que já vem adotando, de forma gradual e contínua, medidas voltadas à regularização e ao aprimoramento das condições de funcionamento da Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso.

CORREIO DO VALE

Divulgação PMR



Vereadora quer novas obras em Visconde de Mauá

Vereadora pede mais melhorias para Visconde de Mauá

Via localizada na região de Visconde de Mauá, a Estrada da Lajinha foi tema de uma solicitação recente feita pela vereadora Rose Nicolino (Podemos) à Prefeitura de Resende. A parlamentar pediu melhorias para aquela estrada, que, segundo ela, vem apresentando trechos danificados, buracos e dificuldades de acesso de uma forma geral. “A situação se agrava nos períodos de chuva, tornando o deslocamento ainda mais problemático e comprometendo a segurança de moradores e visitantes”, aponta Rose. A vereadora também é responsável por uma indicação ao Poder Executivo para a instalação de novas luminárias no Bairro Lajinha. Ela argumenta que há trechos com iluminação insuficiente.

Travessia mais segura para pedestres

Em outra indicação recente, Rose solicitou a instalação de uma faixa elevada de pedestres em frente ao ponto de ônibus localizado na entrada do bairro. De acordo com ela, a medida visa tornar a travessia mais segura para os pedestres, em especial os que utilizam o transporte público, incluindo idosos, crianças e pessoas com deficiência. “O fluxo de veículos no local é constante e é importante que o Poder Público tome uma atitude”.

Divulgação/PMR



Prefeito Pezão em inauguração de espaço em Pirai

Inaugurado ‘Espaço Cultura Varjão’

Pirai ganhou um novo equipamento público: o Espaço Cultura do Varjão. A inauguração, realizada com a presença do prefeito municipal Luiz Fernando Pezão e demais autoridades municipais, marca um momento histórico para a comunidade local e representa o compromisso da gestão municipal com a ampliação do acesso à cultura, ao ensino e ao aprendizado. O equipamento representa investimento na democratização do acesso à cultura e à educação, áreas fundamentais para o desenvolvimento integral das pessoas.

Bairro com história e identidade

A iniciativa reconhece o Varjão como um bairro com história, identidade e potencial, e oferece à sua população um espaço digno, estruturado e pensado para atender às suas necessidades e demandas culturais e educacionais. A presença do prefeito Luiz Fernando Pezão na cerimônia de inauguração evidencia o significado político e social do novo equipamento para a gestão municipal.

POR
REDAÇÃO

Público trans

Ambientes públicos e privados de grande circulação no Estado do Rio poderão ser obrigados a disponibilizar um banheiro neutro para uso de pessoas trans, não-binárias ou que não realizaram cirurgia de afirmação de gênero. A exigência está prevista no Projeto de Lei da deputada Índia Armelau (PL).

Sinalizados

De acordo com a proposta, os ambientes deverão contar com fraldário, vaso sanitário infantil, lavatório adequado e acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PCDs) ou com mobilidade reduzida. O texto também determina que os espaços tenham sinalização específica, inclusive em Braille.

Neutros

O projeto define como banheiros e vestiários neutros os destinados a pessoas cuja identidade de gênero não se enquadra nos espectros masculino e feminino e que não tenham feito procedimento cirúrgico para troca de gênero. A medida deve ser aplicada em locais como hospitais, por exemplo.

Segurança

Em justificativa, a deputada Índia afirma que a segurança da mulher precisa estar em primeiro lugar. “Precisamos ter privacidade quando vamos a um banheiro. Esse projeto busca reduzir situações de constrangimento e prevenir casos de assédio e violência em ambientes coletivos, o que já estamos vendo ser noticiados”.

Seis meses

Pela proposta da deputada estadual, os estabelecimentos já em funcionamento terão prazo de seis meses, após a publicação da lei, para realizar as adequações necessárias. O descumprimento poderá acarretar advertências, multas e até interdição do estabelecimento em caso de reincidência.

Aplicação

Os valores arrecadados com as multas, que poderão começar no valor de 1.100 UFIR-RJ, o equivalente a R\$ 5.456, e ser dobrado, serão destinados ao Fundo de Defesa Social e Defesa da Cidadania (FDSPC), em aplicação em programas de conscientização sobre os direitos das pessoas trans.



Alerj aprova projeto que seguiu para o Governo do Estado

Lei prevê que contratação de mulheres seja ampliada

PL de Célia Jordão prevê reserva de 30% das vagas para mulheres

Da Redação

O Estado do Rio poderá instituir uma política pública voltada à ampliação da participação feminina no mercado de trabalho. A medida está prevista no Projeto de Lei de autoria da deputada Célia Jordão (PSD), que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou. O texto seguiu para o Governo do Estado, que pode sancionar ou vetar a proposta.

A medida tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, reduzir desigualdades salariais e incentivar a inserção, permanência e ascensão profissional das mulheres em instituições públicas e privadas.

Entre as ações previstas estão programas de capacitação profissional voltados para mulheres, especialmente nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, além de iniciativas que incentivem a participação feminina em cargos de liderança e em espaços de decisão. O projeto também sugere medidas para prevenir e combater a discriminação e o assédio moral ou sexual no ambiente de trabalho, bem como políticas que favoreçam a conciliação entre a vida profissional e familiar.

De acordo com o texto, empresas privadas com mais de 50 funcionários — para acesso a incentivos fiscais ou participação

em licitações públicas — e órgãos da administração pública estadual deverão adotar diretrizes de promoção da igualdade de sexo. Entre elas estão a reserva mínima de 30% das vagas de programas de estágio, aprendizagem e trainee para mulheres, promoção da igualdade de oportunidades entre os funcionários e oferta de programas de qualificação profissional destinados à ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, preferencialmente destinados às mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A proposta também incentiva condições adequadas de conciliação entre vida profissional e responsabilidades familiares. Além disso, empresas que adotarem essas práticas poderão receber o Selo Empresa Amiga da Mulher, previsto na legislação estadual, como forma de reconhecimento por iniciativas de promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

O descumprimento das medidas por parte das empresas privadas poderá acarretar, conforme regulamentação, a suspensão de incentivos fiscais estaduais e a impossibilidade de renovação do selo. Para a autora, a iniciativa fortalece o papel do Estado como indutor de políticas inclusivas e cria mecanismos concretos de incentivo. “Apesar dos avanços das últimas décadas, ainda persistem desigualdades significativas entre homens e mulheres”.



Além do aumento na tarifa, moradores da cidade também reclamam sobre qualidade da água e falta de abastecimento adequado

Por Ana Luiza Rossi

Ainda no topo de reclamações sobre serviços de abastecimento prestados na região, mais uma vez o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Barra Mansa (Saae-BM) é alvo de críticas de moradores. Isso porque a concessionária aplicou novos reajustes tarifários em dois meses seguidos - em março e abril - que, por decreto federal, só poderia ser feito apenas uma vez ao ano. Os reajustes provocaram um aumento de 13,7% nas contas de água.

A primeira alteração foi publicada em 6 de março, no Boletim Oficial nº 1510. No documento, por meio da Resolução nº002/2026, foi confirmado que o Conselho Deliberativo do Saae-BM autorizou o aumento no percentual de 9,73%. Na mesma resolução, aliás, o artigo destaca que fica definido o período de 12 meses para o próximo realinhamento tarifário com base no artigo 50 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

No entanto, em pouco menos de um mês, um novo reajuste foi publicado no B.O. nº 1514. A Resolução Nº 004/2026 mostra que novamente o conselho autorizou um realinhamento tarifário de 3,97%. A justificativa teria sido a necessidade de adequar a tarifa atualmente praticada à realidade dos custos e também o reequilíbrio financeiro das tarifas.

A Associação Comercial Industrial e Agropastoril de Barra Mansa (Aciap-BM), que também faz parte do conselho, afirmou ao Correio Sul Fluminense que a votação foi de sete votos favoráveis e três contrários - sendo a entidade, uma das que votaram contra o novo reajuste.

Há anos que a entidade mantém o posicionamento contrário a aumentos reais, defendendo ape-

Após dois reajustes, água de Barra Mansa sobe +13,7%

Aumento foi aplicado em março e abril, mas decreto autoriza apenas um por ano

Reprodução/Redes Sociais



Presidente da Aciap-BM explica que entidade votou contra reajuste tarifário

nas a aplicação de reajustes anuais com base em índices inflacionários. Entre as medidas sugeridas, estaria a substituição do índice atualmente utilizado pelo IPCA, por entender que este reflete de forma mais adequada a realidade econômica.

- Proposta que, até o momento, não foi acolhida pelo Con-

selho - afirmou a presidente da Aciap-BM, Fernanda Moysés, que ainda completou: "Como representante do comércio e da indústria, a Aciap BM se manifesta contra os aumentos considerados excessivos na tarifa de água em Barra Mansa, que já figura entre as mais elevadas do Sul Fluminense".

Outras reclamações

Outra questão apontada há anos além do valor - colocado, aliás, como abusivo - é quanto a falta de tratamento. "Eu desejo uma explicação do Saae de Barra Mansa sobre o aumento abusivo e absurdo da água e esgoto. A água não é boa e nem o tratamento, porque sai

sujo, amarelado. Minha conta chega a quase R\$100 reais. Algo está errado", apontou uma moradora.

Outra questão é sobre as frequentes interrupções de água nas residências e vazamentos. Na última quinta-feira (07), a Associação de Moradores do bairro Roselândia esteve reunida com o Coordenador de Água e Esgoto, Ralph Douglas Romanelli, para tratar sobre a ineficiência do SAAE para tratar sobre um vazamento de água. "A equipe não resolveu o problema e mesmo assim, deram baixa na Ordem de Serviço. Continuaremos por nossa conta a realizar algumas limpezas como de servidões e de pequenos trechos", afirmou.

Outro morador, do bairro Rialto, também contou que em meados de março para o mês de abril precisou recorrer a uma mina d'água para realizar atividades rotineiras como tomar banho, preparar a comida e lavar as louças. "Foram mais de duas semanas sem água em um bairro com crianças e idosos", pontuou.

O que diz a prefeitura

Procurada para entender sobre o porquê foi autorizado o reajuste tarifário em dois meses seguidos, a prefeitura de Barra Mansa, por meio de sua assessoria de imprensa, respondeu que:

- O Saae informa que se trata de reajuste anual das tarifas de água e coleta de esgoto, com a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do serviço, com base na Lei nº 11.445/2007. As medidas foram aprovadas pelo Conselho competente, com suporte em cálculos técnicos e justificativas constantes na respectiva resolução, tendo como parâmetros principalmente a variação de custos com energia elétrica - concluiu.

CORREIO DA BAIAXADA

POR
PEDRO SILVESTRE

Prefeitura já realizou manutenção em diferentes bairros

Iluminação pública em Japeri ganha reforço com LED

A Prefeitura de Japeri, por meio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, intensificou nos últimos dias uma operação para ampliar e melhorar a iluminação pública em toda a cidade. A ação já contemplou diversos locais, com serviços que incluem tanto a manutenção da rede existente quanto a instalação de novos pontos de luz.

Na segunda (11), as ações de manutenção da iluminação pública contemplaram a Estrada do Daniel e o bairro Beira Rio, que receberá atendimento no turno da noite.

De acordo com a Secretaria de Serviços Públicos, os trabalhos incluem a substituição de luminárias antigas, correção de pontos apagados e instalação de novas lâmpadas, seguindo o planejamento técnico estabelecido pela equipe.

Trabalho contínuo da equipe

Na última semana, os serviços também atenderam as regiões da Praça Leni Ferreira, bairro Nova Belém e Estrada São José.

A iniciativa faz parte de um trabalho contínuo, com equipes atuando diariamente em dois turnos. Em média, são atendidos de 25 a 35 pontos de iluminação por turno. Atualmente, o município registra uma demanda de 500 pontos já atendidos por toda a cidade.



Equipes de instalação vêm atuando em dois turnos diários

Como solicitar serviço de iluminação

A população pode solicitar serviços de iluminação pública por meio do telefone 0800 591 0459. Para o atendimento, é necessário informar o nome completo, endereço, número da rua e um ponto de referência.

Pelo canal, também é possível registrar ocorrências como lâmpadas apagadas, acesas durante o dia, oscilando, vandalismo, problemas em postes ou pedidos de novos pontos de iluminação.

Segundo a Prefeitura, a modernização inclui a instalação de luminárias de LED de alta potência.

Eficiência e sustentabilidade

As luminárias de LED de alta potência foram priorizadas porque são reconhecidamente eficientes na hora de garantir maior eficiência energética, durabilidade e melhor visibilidade noturna por meio da luz branca.

Além disso, a tecnologia contribui para a sustentabilidade ao reduzir a emissão de radiações ultravioleta e infravermelha.

Nova creche

A Prefeitura de Duque de Caxias segue investindo na educação e inaugurou mais uma creche no município para atender crianças em tempo integral. A Creche Professora Maria Emília de Oliveira, no bairro Centenário, foi construída para oferecer conforto, acolhimento e ensino infantil de qualidade às crianças da região.

Estrutura de ponta

Além disso, proporciona mais tranquilidade para as mães que precisam trabalhar e contar com um espaço seguro para seus filhos. Totalmente climatizada, a unidade conta com salas multiuso, espaços pedagógicos e fraldário, além de refeitório colorido, cozinha e área de recreação. Também há setores administrativos.

Altíssimo nível

Presente na inauguração, o prefeito de Caxias, Netinho Reis, destacou a qualidade da estrutura da nova creche.

“Aqui teremos quatro refeições diárias, então precisamos de uma cozinha moderna. O refeitório está lindo, as salas são modernas. Está entregue mais essa obra para a população.”

Nova Iguaçu

Criada para ampliar o acolhimento, a proteção e as oportunidades para mulheres de Nova Iguaçu, a Secretaria Municipal da Mulher (Semuni) completou um ano de funcionamento no final de abril. Em comemoração, foi preparada uma programação gratuita para a inauguração de três novos espaços voltados ao fortalecimento feminino.

Três espaços

A Secretaria da Mulher inaugurou três novos espaços que integram sua estrutura: o Espaço de Conhecimento Irmã Yeda, o Auditório Dra. Maria Camardella e o Centro de Atividades Cristina Quaresma. Os ambientes celebram mulheres que deixaram legado nas áreas social, educacional, jurídica e na defesa dos direitos femininos.

Mais oportunidades

“Completar um ano com mais de 40 mil atendimentos mostra que esse trabalho já faz diferença na vida de muitas mulheres. Nosso compromisso é seguir ampliando o acolhimento, criando oportunidades e fortalecendo políticas públicas que transformem realidades”, afirmou vice-prefeita e secretária da Mulher, Doutora Roberta.



Jovens conheceram as vagas disponíveis e realizaram cadastro

CIEE chega à Casa do Trabalhador de Meriti

‘CIEE Rio em Movimento’ leva oportunidades para jovens da área

Em comemoração ao Mês do Trabalhador, a Prefeitura de São João de Meriti, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, recebeu pela primeira vez, na Casa do Trabalhador, em Vilar dos Teles, o projeto CIEE Rio em Movimento. A ação itinerante do Centro de Integração Empresa-Escola do Estado do Rio de Janeiro (CIEE Rio) oferece oportunidades de estágio e aprendizagem profissional em diversas regiões do estado.

A ação é voltada para jovens de 14 a 22 anos que buscam a primeira ou a continuidade de inserção ao mercado de trabalho. No local, os presentes realizaram cadastro e conheceram mais das vagas oferecidas, caso o perfil atenda à solicitação dos recrutadores, eles são enviados para os primeiros contatos com as empresas.

Os jovens que não puderam comparecer à Casa do Trabalhador têm a oportunidade de se inscreverem, para acessos às vagas por meio do CIEE Rio, na própria Secretaria de Trabalho e Renda, localizada no prédio da Prefeitura, em Jardim Meriti, no Projeto Jovem Aprendiz Trabalhador Meritiense. Os atendimentos são às terças e quintas-feiras, das 10 às 12h e das 14 às 16h. Na secretaria municipal, os jovens participam de um treinamento com orientação e preparo sobre o mercado de trabalho, comportamentos em ambientes corporativos e em entrevistas e na confecção de currículos. Eles se cadastram num link exclusivo da secretaria com o Centro e passam a integrar um grupo

de WhatsApp, onde o próprio CIEE abastece diariamente com vagas disponíveis.

O secretário municipal de Trabalho e Renda, Bruno Correia, reforçou o compromisso do município com os jovens na procura de empregos. “Essa ação significa oportunidade na porta para esses jovens. É um impacto positivo enorme. Estamos vivenciando esse momento, uma política pública para jovens, podendo ofertar não só uma oportunidade de emprego, mas sim dignidade, que é o que o trabalho oferece”, enfatizou o secretário.

“Nossa expectativa aqui hoje é que tenhamos mais jovens cadastrados no nosso portal e que eles tenham a oportunidade de sair encaminhados para uma vaga, estando no mercado de trabalho e iniciando na área profissional”, comentou Ludmila Rocha, assistente de evento do CIEE Rio.

A jovem Letícia Oliveira, 19 anos, foi a primeira a chegar à Casa do Trabalhador em busca de vagas de estágio ou jovem aprendiz na área administrativa.

“Essa iniciativa é muito importante porque não precisa se deslocar para tão longe, atrás de uma oportunidade. E para mim vai ser muito bom se eu conseguir um estágio, um jovem aprendiz, espero que eu consiga”, disse. “Fiz minha inscrição e foi uma experiência nova, muito boa. Eu quero muito conseguir um trabalho de jovem aprendiz ou estágio que vai me ajudar muito”, acrescentou Neemias Nascimento, 16 anos.

Campos lidera ranking de empresas no interior do RJ

Novos negócios se concentram nas áreas de comércio e serviços

Campos segue demonstrando força no ambiente dos negócios e das oportunidades. Até o dia 5 de maio de 2026, foram constituídas 792 novas empresas no município, que lidera o ranking no interior do estado do Rio de Janeiro. Os dados são da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja). Cerca de 70% dos novos negócios se concentram nas áreas de comércio e serviços.

O número expressivo reforça a continuidade de um ciclo positivo de abertura de negócios. Quando analisado o período mais amplo, os números ganham ainda mais relevância. Desde 2021, Campos registrou a constituição de 9.301 empresas, o que evidencia um cenário de dinamismo econômico e crescente confiança por parte de empreendedores. Nesse período, o município se destacou como o primeiro do interior do estado do Rio em constituição de novos negócios.

Na avaliação do secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Energia e Inovação, Marcelo Neves, os dados indicam não apenas a retomada econômica pós-pandemia, mas também o fortalecimento do ambiente de negócios local, impulsionado por oportunidades em diversos setores.

Para o diretor de Indicadores Econômicos e Sociais da secretaria, Ranulfo Vidigal, os números



César Ferreira

Ambiente favorável consolida Campos como polo econômico no interior

reforçam a capacidade empreendedora da sociedade campista. “Surge uma nova gama de pequenos e médios empresários abrindo negócios em serviços pessoais, serviços tecnológicos, prestação de serviços para grandes empresas dos polos portuário, petrolífero e educacional/saúde. Esse contingente de empresas foi responsável pela criação líquida de mais de 70% dos empregos atualmente existentes na cidade”.

Além do trabalho que vem sendo realizado para fomentar a economia do município, a desburocratização promovida pela Prefeitura de Campos também con-

tribuiu para o resultado positivo. Com a implantação do sistema de emissão de alvará eletrônico, ficou mais fácil e rápido obter o alvará de funcionamento de um novo negócio. Processos que levavam até um mês para serem concluídos agora são concluídos em até um dia. Em 2021, a Delegacia da Jucerja em Campos passou a funcionar na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Inovação, junto com outros serviços necessários à legalização de empresas.

“O resultado reforça o papel de Campos como um dos principais polos econômicos do

interior do estado do Rio de Janeiro, com capacidade de atrair investimentos, estimular o empreendedorismo e gerar emprego e renda. Reforça também o trabalho do prefeito Frederico Paes, que está dando sequência a uma política de sucesso iniciada pelo ex-prefeito Wladimir Garotinho, de privilegiar o diálogo com o setor produtivo, integrar órgãos e desburocratizar os processos de abertura de empresas. O resultado aparece sob a forma de novos negócios, geração de empregos e uma economia mais forte e menos dependente dos royalties”, observa Marcelo Neves.

Quissamã discute apoio a avicultores da cidade

Avicultores de Quissamã das regiões de Flexeiras e Barra do Furado participaram, nesta terça-feira (12), de uma reunião com o prefeito Marcelo Batista, na Sede Administrativa da Prefeitura. O encontro também contou com a presença do secretário municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, Cosme Francisco, além de técnicos da secretaria e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

Na pauta, a possibilidade de implantação de uma agroindústria voltada para a produção, classificação e acondicionamento de ovos no Município, seguindo todas as normas sanitárias exigidas pelos órgãos competentes.

Ao longo do encontro, os participantes também discutiram as etapas necessárias para viabilizar o funcionamento da agroindústria, incluindo adequações na estrutura física, regularização sanitária, capacitação técnica e organização da cadeia produtiva da avicultura.

“Quissamã possui uma agricultura com características muito próprias, baseada no fortalecimento do pequeno produtor, na agricultura familiar e no incentivo às atividades que geram emprego e renda no campo. Mantemos um trabalho permanente de apoio aos produtores rurais, buscando alternativas para ampliar a produção, agregar valor aos produtos e criar novas oportunidades para quem vive da atividade rural”, destacou o prefeito Marcelo Batista.

O secretário municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, Cosme Francisco, ressaltou a importância da organização da cadeia produtiva da avicultura no município. “Estamos trabalhando junto aos avicultores para orientar e construir caminhos que possibilitem a implantação de uma agroindústria dentro das normas sanitárias e de inspeção. Esse diálogo é fundamental para fortalecer o setor e garantir mais oportunidades aos produtores de Quissamã”, afirmou.

A iniciativa busca fortalecer a agricultura familiar e ampliar as oportunidades de geração de renda para os produtores rurais de Quissamã, incentivando o desenvolvimento do setor avícola com foco na legalização, qualificação e valorização da produção local.

Saquarema e Sebrae reforçam apoio ao empreendedorismo com ações

A Prefeitura de Saquarema, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae Rio, segue investindo no fortalecimento do empreendedorismo local por meio da realização da Casa Sebrae, iniciativa voltada à capacitação, qualificação e desenvolvimento dos pequenos negócios do município.

O projeto oferece uma programação gratuita com palestras, oficinas, consultorias e atendimentos especializados para microempreendedores individuais, comerciantes, artesãos, profissionais da economia criativa e trabalhadores autônomos. A proposta é ampliar oportunidades, estimular a geração de renda e preparar os empreendedores locais para aproveitar o aumento da movimentação econômica e turística na cidade.

Entre os temas abordados es-



Ascom/ Saquarema

Saquarema reforça apoio ao empreendedorismo

tão gestão financeira, marketing digital, vendas, atendimento ao cliente, precificação e estratégias para fortalecimento dos negócios. As atividades foram planejadas para atender tanto empreendedores que estão iniciando suas atividades quanto aqueles que

desejam expandir e modernizar seus empreendimentos.

A iniciativa também reforça o compromisso da administração municipal com o desenvolvimento econômico sustentável, incentivando a formalização, a inovação e a competitividade dos

pequenos negócios locais.

“A parceria com o Sebrae representa mais uma importante ação de incentivo ao empreendedorismo e à valorização dos nossos comerciantes e trabalhadores locais. Estamos criando oportunidades para que os empreendedores estejam mais preparados para crescer e gerar ainda mais desenvolvimento para o município”, destacou a Prefeita Lucimar Vidal.

A Casa Sebrae integra uma série de ações voltadas ao fortalecimento da economia local, promovendo capacitação prática, acesso à informação e estímulo à geração de emprego e renda.

Os interessados podem consultar a programação completa e realizar inscrições diretamente pelo portal oficial do Sebrae Rio, pelo link https://www.sebraerj.com.br/?utm_source=chatgpt.com.

CORREIO NO MUNDO

Prime Minister's Office



Primeiro-ministro britânico enfrenta grande pressão

Keir Starmer afirma que não vai renunciar ao cargo

O primeiro-ministro do Reino Unido, Keir Starmer, afirmou em reunião de gabinete nesta terça-feira (12) que não pretende renunciar, apesar da pressão crescente dentro do Partido Trabalhista após a derrota histórica da legenda nas eleições locais do fim de semana.

Convocado em caráter emergencial, o encontro ocorreu um dia após renúncias de assessores e secretários de seu governo, além de pedidos de parlamentares trabalhistas para que ele deixe o cargo, num processo de fritura do premiê. No cargo há menos de dois anos, Starmer repetiu que, embora assumisse a responsabilidade por uma das piores derrotas eleitorais do Partido Trabalhista, não houve nenhum movimento oficial para iniciar uma disputa pela liderança.

Starmer enfrenta grande pressão

Vários ministros leais expressaram apoio a ele. Foi a mais recente promessa de Starmer de seguir adiante com um governo que tem sido marcado por escândalos e mudanças de política desde que conquistou uma ampla maioria nas eleições nacionais de 2024. Na segunda-feira, após a crise estourar de vez, ele prometeu agir de forma mais ousada para enfrentar os problemas que afetam a política britânica e tentar fortalecer seu futuro político.

Mike Peel via Wikimedia Commons



Opositores de Keir Starmer não comentaram o caso

Custos dos empréstimos aumentaram

Em referência ao aumento dos custos de empréstimos, impulsionado pelo temor de nova turbulência política no país, o premiê afirmou que “as últimas 48 horas foram desestabilizadoras para o governo” e tiveram “um custo econômico real para o país e para as famílias”.

“O Partido Trabalhista possui um processo para desafiar um líder, e isso não foi acionado”, disse Starmer ao gabinete. “O país espera que continuemos governando. É isso que estou fazendo e o que devemos fazer como gabinete.”

Opositores não comentam o assunto

Ao deixar Downing Street, ministros aliados reiteraram apoio ao premiê. Pat McFadden (Pensões) afirmou a jornalistas que ninguém desafiou Starmer durante a reunião. Já integrantes do governo apontados como favoráveis à saída do premiê, como os ministros Wes Streeting (Saúde) e Shabana Mahmood (Interior), deixaram o local sem comentar o assunto.

Por Folhapress

Chacina

Os ataques de Israel no Líbano já deixaram 380 pessoas mortas desde o início do cessar-fogo na guerra entre o Estado judeu e o grupo extremista Hezbollah, iniciado em 17 de abril, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (12) pelo Ministério da Saúde libanês à agência de notícias AFP.

Vítimas

Entre as vítimas estão 22 crianças e 39 mulheres. Ao todo, cerca de 2.900 pessoas foram mortas no Líbano desde o início do conflito, em 2 de março. Apesar da trégua, Israel continua bombardeando o território libanês. Pelos termos do acordo de cessar-fogo, o governo israelense mantém o direito de agir contra ataques.

Líbano questiona

Ataques que sejam considerados “planejados, iminentes ou em andamento”, diz o acordo. Tel Aviv justifica as ofensivas ao vizinho apontando supostas violação da trégua por parte do Hezbollah, uma acusação recorrente de ambos os lados ao longo do conflito. Já as autoridades libanesas afirmam que as ofensivas são premeditadas.

Cessar-fogo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou na segunda-feira (11) que o cessar-fogo no Oriente Médio “respira por aparelhos”, após rejeitar a contraproposta do Irã para encerrar a guerra. O republicano também afirmou que avalia retomar as escoltas navais no estreito de Hormuz, mas que ainda não havia tomado uma decisão.

Paciente terminal

Em meio à crescente pressão interna pelo impacto do conflito sobre a economia americana, Trump declarou que a trégua está por um fio e comparou a um paciente em estado terminal. “É como quando o médico entra e diz: ‘Senhor, seu ente querido tem exatamente 1% de chance de sobreviver’”, afirmou a jornalistas na Casa Branca.

Moderados e loucos

No domingo (10), Trump rejeitou a contraproposta iraniana e a classificou como “totalmente inaceitável”. Apesar do impasse, Trump negou estar sob pressão e prometeu “uma vitória total” sobre o Irã. Questionado sobre a possibilidade de novas negociações, afirmou que a liderança iraniana está dividida entre “moderados” e “loucos”.



União Europeia vai impor sanções aos colonos de Israel

UE sanciona colonos israelenses na Cisjordânia

Netanyahu chama medida de ‘falência moral’ do bloco europeu

Guilherme Botacini (Folhapress)

A União Europeia anunciou que vai aplicar sanções contra colonos israelenses na Cisjordânia, uma medida que acaba com impasse sobre o assunto no bloco.

Ações do tipo eram bloqueadas havia meses pelo governo do húngaro Viktor Orbán, aliado do governo de Binyamin Netanyahu e derrotado em eleições por Péter Magyar, que tomou posse no sábado (9) com promessas de reaproximação de seu país com a Europa.

“Era hora de superarmos o impasse e agirmos. Extremismos e violência têm consequência”, afirmou a estoniana Kaja Kallas, chefe da diplomacia do bloco europeu, em publicação no X na qual também disse que a medida atinge figuras proeminentes do grupo terrorista Hamas. Não há, por enquanto, detalhes sobre os indivíduos alvo das sanções.

O governo israelense reagiu ao anúncio com críticas duras à UE. “Enquanto Israel e os EUA estão ‘fazendo o trabalho sujo da Europa’ ao lutar pela civilização contra lunáticos jihadistas no Irã e em outros lugares, a União Europeia expõe sua falência moral ao estabelecer uma falsa simetria entre cidadãos israelenses e terroristas do Hamas”, publicou a conta do gabinete de Netanyahu no X.

A referência do governo foi à declaração do primeiro-ministro da Alemanha, Friedrich Merz, em

junho do ano passado, que afirmou que o Estado judeu estava “fazendo o serviço sujo por todos nós” ao atacar o Irã, no que ficou conhecido como guerra dos 12 dias em Israel.

A mensagem de Tel Aviv carrega ainda um dos principais debates e polêmicas relativos à Cisjordânia: a ocupação do Estado de Israel do território palestino, assim reconhecido pela maioria da comunidade internacional.

“Políticos europeus são coagidos por seus eleitores radicais, mas sancionar judeus por viverem na Judeia e na Samaria é inaceitável. Judeia é de onde vêm os judeus, e Israel vai sempre proteger os direitos dos judeus de viverem no coração de nossa pátria ancestral”, afirma a publicação.

Judeia e Samaria são os termos oficiais de divisão administrativa usados por Israel para se referir à Cisjordânia. Esse território palestino, assim delimitado pelo plano de partilha da área desenhado pela ONU em 1947, foi ocupado pela atual Jordânia até 1967, quando Israel toma controle do território durante a Guerra dos Seis Dias.

“A iniciativa dos assentamentos não será dissuadida. Continuaremos a construir, a plantar, a defender e a colonizar por toda a terra de Israel”, afirmou o ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben-Gvir, após o anúncio europeu, chamando o bloco de “união antisemita”.

CORREIO ESPORTIVO

POR
PEDRO SOBREIRO

Divulgação / FIFA



México tinha proposta para antecipar férias da molecada

México desiste de antecipar férias escolares pela Copa

Após uma onda de protestos, o governo mexicano anulou sua decisão de antecipar em quase um mês e meio as férias escolares por causa da Copa do Mundo de futebol e das altas temperaturas em algumas regiões, informou a Secretaria de Educação. Na semana passada, a pasta anunciou de surpresa que as aulas terminariam em 5 de junho, não em 15 de julho, como estava previsto, o que gerou rejeição de pais, empresários e ONGs. Nesta segunda, durante uma reunião nacional de autoridades educacionais, a medida foi revertida.

“Acordou-se manter o calendário escolar 2025-2026 em seus termos originais”, diz o comunicado da pasta. Portanto o ano letivo terminará no próximo 15 de julho.”

Proposta causou polêmica no país

A própria presidente Claudia Sheinbaum havia manifestado suas dúvidas desde o início e disse que antecipar as férias era apenas uma “proposta” a ser discutida com autoridades educacionais dos estados.

O México sediará na Cidade do México, em Guadalajara e em Monterrey 13 partidas da Copa do Mundo, que organiza junto com Estados Unidos e Canadá. A Cidade do México receberá a abertura do torneio, em 11 de junho.

João Braz/VRFC



Volta Redonda tem chance de título na temporada 2026

Semifinais da Copa Sul-Sudeste

A CBF divulgou oficialmente as datas, os locais e os horários das semifinais da Copa Sul-Sudeste, novo torneio inaugurado neste ano, que reuniu equipes de menor investimentos após não avançarem para as finais dos campeonatos estaduais. As partidas serão realizadas nos dias 20 de maio, data dos duelos de ida, e no dia 27, quando acontecerão os jogos de volta.

Pelo primeiro jogo da semifinal, o Volta Redonda, gigante da região Sul Fluminense, encara o Avaí no Raulino de Oliveira, em Volta Redonda (RJ), às 19h.

Voltaço decidirá fora de casa

Mais tarde, no mesmo dia, às 20h, enfrentam-se Novorizontino-SP e Chapecoense-SC no Jorge Ismael de Biasi, em Novo Horizonte (SP).

No segundo e decisivo embate, o Avaí recebe o Volta Redonda-RJ às 19h, na Ressacada, em Florianópolis. Depois, Chapecoense e Novorizontino disputarão a vaga na final às 20h, na Arena Condá, em Chapecó.

Brasil x Panamá

A pré-venda dos ingressos para o amistoso de despedida da Seleção do Brasil começa nesta quarta (13) às 10h para clientes do Itaú. O jogo será realizado no Maracanã no domingo (31). Os ingressos serão vendidos pelo site: brasil.futebolcard.com. A venda comum começará na quinta (14), também às 10h, no mesmo site.

Biometria facial

Vale destacar que o acesso será feito por meio da biometria facial. Os torcedores que compareceram a Brasil x Chile, em 2025, no Maracanã, pelas Eliminatórias, não precisarão cadastrar a biometria novamente. Quem não foi, precisará fazer o cadastro no site cbf.bepass.com.br para adquirir o ingresso.

Média de preço I

Flamengo e Vasco estão no Top 5 de clubes com ticket médio mais caro do futebol brasileiro. O Rubro-Negro lidera a lista com seus ingressos custando, em média, R\$ 77,51. Já o Cruzmaltino ocupa a quarta colocação do ranking, com a média de preço do bilhete para ver os jogos estimada em R\$ 69,93.

Média de preço II

Em segundo lugar no ranking está o Corinthians, cuja média de preço do ingresso está em R\$ 74,04. Em terceiro, talvez a grande surpresa, está o Remo. De volta à Série A depois de décadas, o clube paraense tem média de preço estimada em R\$ 71,44 para os jogos disputados no moderno estádio do Manguirão. O Santos fecha o Top-5 com média de R\$ 67,62.

Média de preço III

Os demais clubes do Rio de Janeiro da série A estão bem abaixo na cobrança de valores de ingressos. O Fluminense, por exemplo, que também manda seus jogos no Maracanã - junto ao Flamengo - está em 10º no ranking, com média de R\$ 54,21 por ingresso. Já o Botafogo, 14º, cobra cerca de R\$ 49,67 por ticket.

Botafogo

Tribunal da FGV devolveu os direitos políticos à Eagle Bidco na SAF e anulou a eleição de Durcésio Mello como diretor do Botafogo, segundo 'O Globo'. A decisão cita "litigância de má-fé" e suspende atos sem a Eagle, que detém 90% das ações. Agora, a empresa poderá até mesmo presidir a Assembleia Geral nesta quinta (14).



Copa do Mundo Feminina 2027 vai impulsionar Rota do Futebol

Rota do Futebol mira a Copa Feminina

Projeto do EmbraturLab incentiva o turismo do futebol no Rio

A Rota do Futebol, projeto do EmbraturLAB, o laboratório de inovação da Embratur, criada para promover o turismo esportivo e cultural no Rio de Janeiro, acaba de ganhar uma vitrine de alcance mundial. O roteiro fluminense foi oficialmente incluído no #RotasAirbnb, uma iniciativa do Airbnb Brasil de visibilidade global, voltado para o incentivo ao turismo responsável e sustentável.

Com a parceria, o Airbnb passa a destacar a Rota do Futebol para sua vasta base de usuários, direcionando os viajantes para o portal oficial da iniciativa. O objetivo é facilitar que turistas, especialmente estrangeiros, planejem suas viagens com foco na vivência autêntica da cultura do esporte no Rio.

A entrada no programa funciona como uma chancela de qualidade e sustentabilidade para o roteiro da Embratur. A iniciativa da rede valoriza destinos que oferecem experiências de viagem autênticas, estimulando a economia criativa e descentralizando o turismo.

Ao direcionar o fluxo de usuários da plataforma para a Rota do Futebol, a parceria leva o impacto econômico positivo do turismo para além dos cartões-postais tradicionais, beneficiando bairros, pequenos comércios e comunidades que mantêm viva a história do futebol na Cidade Maravilhosa.

A aposta na Rota do Futebol acontece num momento estratégico para o turismo fluminense. De acordo com dados recentes da Em-

bratur, o Rio encontra-se em forte crescimento, tendo recebido mais de 884 mil visitantes internacionais apenas no último trimestre, liderando os desembarques no Brasil.

Este fluxo tende a crescer com a aproximação da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2027. Com o Brasil como país-sede e o Rio de Janeiro se preparando para ser um dos palcos principais da competição, a inclusão da Rota do Futebol no Airbnb, apoiador da competição, ajuda a estruturar desde já a oferta turística da cidade, preparando pequenos negócios locais para receber milhares de torcedores de todo o mundo.

Com o projeto piloto iniciado no Rio de Janeiro, a Rota do Futebol convida o turista a ir além das arquibancadas dos estádios. O roteiro mapeia e valoriza a atmosfera única do esporte na cidade, incluindo a visita a projetos sociais, museus históricos e os tradicionais bares e redutos onde os torcedores se reúnem antes e depois das partidas. Em maio, a Embratur lançará uma nova rota em São Paulo.

“A Embratur tem o papel fundamental de fomentar novas experiências que diversifiquem a oferta turística brasileira, e a Rota do Futebol é o exemplo perfeito disso. Estamos estruturando o país para a disputa de 2027, garantindo que o protagonismo do nosso futebol se transforme em desenvolvimento econômico e na hospitalidade única que só o Brasil oferece”, destacou o diretor de Gestão e Inovação da Embratur, Roberto Gevaerd.

Polêmicas tomam conta da Copa do Mundo dentro e fora dos campos

Alto número de atletas lesionados, preços de ingressos e 'Caso Irã' tomaram a Copa

Durante o recente Congresso da FIFA (Federação Internacional de Futebol), o chefe da entidade, Gianni Infantino, deixou claro que, mesmo com a Copa do Mundo às portas, aspectos de dentro das quatro linhas não estão em primeiro plano.

Em busca de nova eleição para permanecer no cargo até 2031, o dirigente suíço-italiano abriu seu discurso diante das mais de 200 associações-membros presentes tratando de uma questão espinhosa. Suas primeiras palavras não foram sobre o craque Messi ou a tentativa da Argentina de defender seu título, mas para reafirmar a participação na competição da seleção iraniana — apenas a 21ª do ranking.

“Permitam-me começar confirmando, logo de início, que, evidentemente, o Irã participará da Copa do Mundo da FIFA de 2026”, disse Infantino. “E, é claro, o Irã jogará nos Estados Unidos da América.”

Faltando menos de um mês para o primeiro duelo da Copa, entre México e África do Sul, no dia 11 de junho, no Estádio Azteca, na Cidade do México, aspectos extracampo vêm assumindo o protagonismo do noticiário relacionado ao torneio.

As próprias incertezas em torno da participação da seleção do Irã, os temores em relação à atuação do ICE (a polícia de imigração norte-americana) nos arredores dos estádios e as ondas de violência do narcotráfico em cidades mexicanas dividem as atenções com as queixas enfurecidas dos torcedores por causa dos preços dos ingressos e das tarifas dos meios de transporte até os estádios.

Ele próprio alvo de uma série de questionamentos pela proximidade com Donald Trump, a quem concedeu o Prêmio da Paz da FIFA, Gianni Infantino diz que



Reuters/ Folhapress

De preços de ingressos superfaturados a conflito geopolítico, Mundial é o mais polêmico do século

tudo corre conforme o esperado e está sob controle.

Segundo o dirigente, os preços dos ingressos —considerados “exorbitantes” por alguns torcedores— nada mais são do que o reflexo da altíssima demanda. A FIFA diz ter recebido 500 milhões de solicitações de todo o mundo.

Infantino citou como uma das causas para as cotações em alta o mercado de revenda, autorizado em plataforma da própria entidade, em que não há limite para os valores cobrados.

“Se algumas pessoas colocam ingressos para a final em um mercado de revenda por US\$ 2 milhões [R\$ 9,8 milhões], isso não significa que o ingresso custe US\$ 2 milhões”, disse o chefe da FIFA.

“E isso não significa que alguém vá comprar esses ingressos. Na verdade, se alguém comprar um ingresso por US\$ 2 milhões, eu mesmo levarei um cachorro-quento e uma Coca-Cola para garantir que essa pessoa tenha uma ótima experiência.”

O dirigente também correu em apoio à presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, para confirmar as partidas previstas para Guadalajara, capital do estado de Jalisco. A região teve uma onda de violência, provocada pela morte de um poderoso narcotraficante pela polícia.

O estádio de Guadalajara receberá quatro jogos da fase de grupos, incluindo o duelo entre os campeões mundiais Uruguai e Espanha, no dia 26 de junho.

Sob ataque dos Estados Unidos e de Israel desde o fim de fevereiro, o Irã teve sua solicitação para jogar no México negada pela FIFA e viu sua participação questionada inúmeras vezes. Houve declarações desencontradas, idas e vindas do presidente americano, de Infantino e dos próprios dirigentes iranianos.

A seleção asiática faz parte do Grupo G, com um jogo marcado para Seattle e dois para os arredores de Los Angeles.

À frente de uma política migratória contestada que tem gerado

alertas de ONGs sobre o risco de deportações durante o Mundial, Donald Trump chegou a dizer em abril que o Irã não deveria participar por sua “própria vida e segurança”, recuando pouco depois.

“Bem, se Gianni disse isso, tudo bem para mim”, afirmou Trump, após as declarações do presidente da FIFA confirmando a participação iraniana.

O Irã cancelou a participação no Congresso da FIFA, queixando-se do tratamento recebido da imigração canadense no aeroporto de Toronto.

O presidente da Federação Iraniana de Futebol, Mehdi Taj, é um ex-membro da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, o braço armado e ideológico da República Islâmica, considerado um grupo terrorista pelos governos do Canadá e dos Estados Unidos.

No último sábado (9), a federação publicou um texto no qual confirmava a participação de sua seleção na Copa, desde que atendida

uma série de exigências. Uma delas é a liberação de entrada de dirigentes ligados à Guarda. A lista de demandas inclui respeito à bandeira e ao hino iranianos e segurança reforçada em aeroportos, hotéis e rotas até os estádios.

Lesões marcam reta final de preparação

No âmbito esportivo, as seleções fazem os últimos ajustes antes da reta final de preparação para a Copa do Mundo, muitas delas tendo de lidar com lesões de nomes importantes em seus elencos.

A seleção mexicana foi a primeira a iniciar o período de concentração para o torneio, na quarta-feira (6), para jogadores que atuam na liga local, sem poder contar com o goleiro Luis Ángel Malagón. O atleta do América rompeu o tendão de Aquiles em duelo com o Philadelphia pela Champions League da Concacaf.

Ao menos 15 jogadores já tiveram lesões recentes que devem impedi-los de defender suas respectivas seleções durante o torneio.

O atacante francês Hugo Ekitiké e o meia holandês Xavi Simons estão entre as principais ausências já confirmadas, enquanto o jovem talento Lamine Yamal é um dos que correm contra o tempo para tentar se recuperar de uma lesão e defender a Espanha.

A Seleção Brasileira já sofreu três baixas importantes, Rodrygo, Éder Militão e Estêvão, velhos conhecidos do técnico Carlo Ancelotti, que eram presenças certas no Mundial.

A lista de 26 nomes do Brasil será anunciada pela comissão técnica no dia 18 de maio.

Por Lucas Bombana (Folhapress)

Curaçao muda de técnico a menos de um mês para a Copa do Mundo

Meses após ter deixado o cargo, o holandês Dick Advocaat voltou ao comando técnico da seleção de futebol de Curaçao.

Advocaat, que aos 78 anos se tornará o treinador mais velho da história da Copa do Mundo, havia deixado a seleção caribenha em fevereiro, por questões familiares. Mas, com a saúde de sua filha melhorando, decidiu retornar e liderar o time em sua primeira participação no torneio.

Curaçao, com uma população de pouco mais de 150 mil habitantes, é a menor nação a se

classificar para um Mundial.

Advocaat, apelidado de “Pequeno General”, substituiu o também holandês Fred Rutten, que deixou o cargo para possibilitar o retorno de Advocaat. Rutten comandou Curaçao em dois amistosos em março, perdendo para China (2 a 0) e Austrália (5 a 1).

O Goal.com informou que o conselho de jogadores de Curaçao se reuniu com Gilbert Martina, presidente da Federação de Futebol de Curaçao, após as partidas. E disse que a equipe preferia Advocaat a Rutten.



Curaçao National Football Team

Dick Advocaat (à direita) retornou ao comando da equipe, após saúde da filha melhorar

Atilay Uslu, proprietário da Corendon Airlines, uma importante patrocinadora, ameaçou retirar mais de 1 milhão de euros (cerca de R\$ 5,8 milhões) em financiamento anual caso não houvesse mudança no comando técnico, segundo relatos.

“Não deve haver um clima que prejudique relações profissionais saudáveis dentro da equipe ou da comissão técnica”, disse Rutten em comunicado. “Portanto, renunciar é a decisão certa. O tempo é essencial, e Curaçao precisa seguir em frente. Lamento como as coisas aconteceram, mas desejo o melhor a todos.”

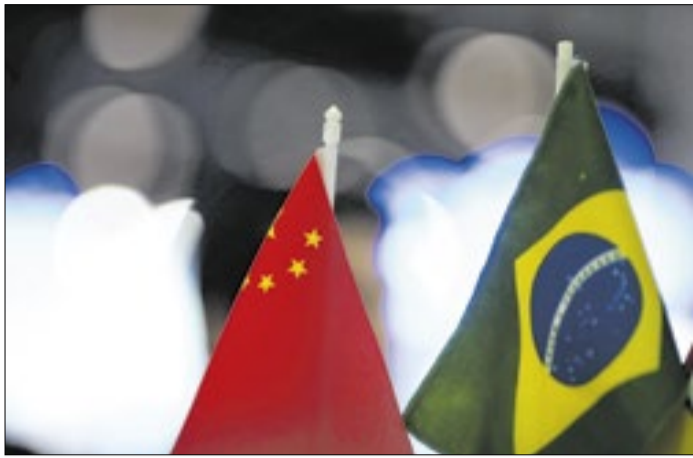
Curaçao faz sua primeira partida na Copa do Mundo em 14 de junho, em Houston, contra a Alemanha.

Por Folhapress

JORNAL DE TURISMO

POR
SÉRGIO NERY

Roberto Castro/MTur



País asiático vira prioridade para o turismo brasileiro

A nova Rota da Seda do turismo brasileiro

A isenção recíproca de vistos entre Brasil e China pode representar apenas o primeiro passo de uma estratégia mais ampla de aproximação turística entre os dois países. A Embratur já sinalizou que pretende intensificar ações de promoção internacional no mercado chinês, hoje o maior emissor de turistas do mundo. Na leitura do setor, facilitar a entrada ajuda, mas não basta sem conectividade aérea, promoção cultural e posicionamento internacional. Nesse contexto, ganha peso a articulação entre os ministérios do Turismo e da Cultura para ampliar a presença do Brasil na China. Em tempos modernos, a antiga Rota da Seda pode ganhar nova versão - agora impulsionada pelo turismo e pela economia criativa.

Mercado estratégico

A aposta brasileira na China vai além do turismo. A estratégia envolve negócios, eventos, cultura e intercâmbio. Com mais de 1,4 bilhão de habitantes e liderança global na emissão de turistas, o país asiático virou alvo prioritário. A expectativa é cumprir os próximos desafios - ampliar rotas aéreas e adaptar produtos turísticos ao perfil do visitante chinês. A isenção de vistos abriu a porta e o Brasil deve transformar interesse em fluxo permanente.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Parque Nacional da Tijuca é o que mais recebe turistas

Belezas naturais valiosas

Os recordes de visitação nos parques nacionais reforçam uma percepção de que a natureza deixou de ser apenas patrimônio ambiental para se consolidar também como ativo econômico. O ICMBio aponta impacto de R\$ 20 bilhões no PIB e mais de 330 mil empregos ligados à visitação em áreas protegidas. O movimento aproxima o Brasil de modelos consolidados em países como os EUA, onde parques nacionais são tratados há décadas como motores de desenvolvimento regional. O Brasil ainda pouco monetiza sua biodiversidade.

Além das paisagens

O Ecoturismo no Brasil comprova a mudança de perfil do turista que busca cada vez mais experiências ligadas à natureza, sustentabilidade e autenticidade. O país reúne uma das maiores diversidades ambientais do planeta, mas ainda opera abaixo do seu potencial. Os dados dos parques nacionais mostram que conservação e desenvolvimento econômico podem sim caminhar juntos.

Base forte

A nova linha de crédito para Microempreendedores Individuais de baixa renda ajuda a iluminar uma realidade pouco discutida: o turismo brasileiro é formado majoritariamente por pequenos negócios. Guias, pousadas, artesãos e receptivos movimentam uma cadeia que distribui renda e empregos pelo país.

Inclusão

Anunciada durante o Salão do Turismo, em Fortaleza, a nova linha de crédito para MEIs de baixa renda vai além do incentivo econômico. Em muitos destinos, pequenos empreendedores sustentam parte da experiência turística local. Apoiar esse segmento significa fortalecer renda e desenvolvimento regional.

Escala Real

O turismo brasileiro já mostrou capacidade de gerar empregos rapidamente, mas ainda enfrenta gargalos históricos. Crédito ajuda, mas o setor também depende de qualificação, infraestrutura e promoção. O desafio é transformar potencial turístico em crescimento contínuo e sustentável em toda a cadeia.

Alerta marítimo

A confirmação de novos casos de hantavírus ligados a um navio de cruzeiro voltou a acender o debate sobre protocolos sanitários no turismo. Apesar do aumento de infectados, a OMS afirmou não haver sinais de um surto maior. O episódio reforça como saúde e gestão de risco seguem no centro da indústria global de cruzeiros marítimos.

Proteção

Começou a avançar na Câmara o projeto que cria o Código Brasileiro de Defesa do Turista. A proposta prevê regras para proteção dos viajantes, atendimento em emergências e normas para empresas do setor. O texto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de depois do Plenário da Casa.

Editais

A Setur-DF lançou edital de até R\$ 4 milhões para fortalecer a promoção turística da capital federal. A iniciativa prevê ações de marketing, press trips com jornalistas, famtours e divulgação das rotas turísticas, reforçando a aposta do Distrito Federal em posicionar a cidade de forma mais competitiva no mercado.



Círio de Nazaré, em Belém, é um dos símbolos do segmento

Dados ignoram força do Turismo Religioso

Estudo aponta distorção nos números oficiais do segmento

Da Redação

O turismo religioso no Brasil pode ser muito maior do que apontam os números oficiais historicamente divulgados pelo setor. A avaliação aparece em análise publicada pelo portal Vatican News, plataforma oficial de comunicação da Santa Sé, com base em levantamento do turismólogo e especialista em Turismo Religioso Sidnésio Moura.

Segundo o estudo, os dados utilizados pelo Ministério do Turismo desde 2015 já apresentavam distorções diante da realidade observada nos principais destinos religiosos do país. Naquele período, o governo federal estimava cerca de 17,7 milhões de pessoas ligadas ao segmento. No entanto, apenas cinco destinos religiosos nacionais já praticamente alcançavam sozinhos esse volume de visitantes, segundo o pesquisador.

A análise aponta que o cenário se ampliou ainda mais em 2025. Somente quatro grandes manifestações religiosas brasileiras somaram aproximadamente 20,1 milhões de visitantes no último ano. Entre elas estão a Basílica de Aparecida, em São Paulo, com cerca de 10,5 milhões de visitantes; a Romaria do Divino Pai Eterno, em Trindade (GO), com 4,3 milhões; a Festa da Penha, no Espírito Santo, com 2,7 milhões; e o Círio de Nazaré, em Belém (PA), com cerca de 2,6 milhões de participantes.

O levantamento aponta que os números não consideram dezenas de outros destinos religiosos, incluindo santuários, romarias regionais, festas de padroeiros e eventos ligados ao calendário católico e evangélico brasileiro. A avaliação é que o segmento movimenta uma cadeia econômica ampla, envolvendo hospedagem, alimentação, transporte, comércio popular, artesanato e serviços turísticos em diferentes regiões.

Para Sidnésio Moura, os dados nacionais atualmente disponíveis representam apenas "a ponta do iceberg" do Turismo Religioso brasileiro. O especialista defende atualização metodológica e aprofundamento das pesquisas para que o país consiga mensurar corretamente o impacto econômico, social e cultural do segmento.

O Turismo Religioso ganhou protagonismo técnico no Salão do Turismo 2026, realizado em Fortaleza. O evento reuniu especialistas para debater o planejamento voltados ao segmento religioso.

Nos últimos anos, o Turismo Religioso passou a ocupar espaço cada vez mais estratégico no setor. Além do peso cultural e histórico, especialistas destacam a capacidade do segmento de movimentar economias regionais e impulsionar o fluxo em cidades do interior, muitas vezes fora dos grandes roteiros tradicionais.